

JOÃO BATISTA DE MENEZES BITTENCOURT

ILHA DOS INDIVÍDUOS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA
FORTALEZA MODERNA

Natal
2007

JOÃO BATISTA DE MENEZES BITTENCOURT

ILHA DOS INDIVÍDUOS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA
FORTALEZA MODERNA

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a Norma Missae Takeuti

Natal
2007

JOÃO BATISTA DE MENEZES BITTENCOURT

ILHA DOS INDIVÍDUOS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA
FORTALEZA MODERNA

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a Norma Missae Takeuti

Data de aprovação: ___/___/___

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Norma Missae Takeuti (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Lisabete Coradine (UFRN)

Prof. Dr. Antônio Cristian Saraiva Paiva (UFC)

Prof. Dr. Edmílson Lopes Jr. (Suplente) - UFRN

Natal
2007

A seu José e Dona Raimunda, meus pais, que me ensinaram com maestria a difícil arte de encarar as dificuldades sempre com sorriso no rosto.

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma colaboraram para a realização deste trabalho. Sem o carinho, a atenção, e a força de vocês, teria sido bem mais difícil encarar esse desafio. Não esquecerei os “puxões de orelha”, as sugestões bibliográficas, o “bate papo” nos corredores, as discussões em sala de aula e, muito menos, as palavras amigas e os abraços carinhosos. Vocês são tão autores deste trabalho quanto eu.

A meus pais e meus irmãos que dividiram comigo “o peso das dificuldades”, me dando a força e a tranquilidade de que tanto precisava.

À minha companheira Marina, que esteve do meu lado durante todo percurso, dividindo comigo as alegrias e tristezas da pesquisa. Obrigado por estar sempre perto mesmo quando estava longe.

À Dona Marilene, pelos conselhos importantes e pelo cuidar carinhoso.

À minha orientadora Norma Takeuti, pelos ensinamentos valiosos, pela dedicação, cumplicidade e apoio traduzidos em uma amizade sincera.

Aos amigos(as) natalenses que me acolheram em suas casas e em suas vidas, dividindo comigo “os altos e baixos” do dia a dia, são eles(as): Alexandre “Falante”, Rodrigo Sérvulo, Felipe Eduardo, Ana Maria, Augusto César e Daniel Reis.

Aos colegas graduandos, mestrandos e doutorandos do curso de Ciências Sociais da UFRN que se tornaram grandes amigos: Tatiana, Vitória, João Carlos, Cristiane, Marlos, Glicia, Marcos, Sandra, Geraldo, Vânia, Lindinês, Igor, Lucas, Gilson, Luana, entre outros (as).

Aos professores Alípio Sousa Filho, Ana Tereza, Orivaldo Pimentel, Willington Germano, Edmílson Lopes, Alex Galeno e Lisabete Coradine, pelas dicas importantes dentro e fora da sala de aula.

Aos funcionários do CCHLA da UFRN, que sempre me trataram com bastante carinho.

Ao Professor Cristian Paiva (UFC) e os demais colegas do curso de Ciências Sociais e

Psicanálise.

Aos grandes amigos, companheiros de discussão e de diversão: Marcelo Michiles, Jefferson Veras e Wagner Chacon.

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por ter me fornecido 1 (hum) ano de bolsa, tornando possível a realização dessa pesquisa.

[...] Sonho com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que detecta e indica nas inércias e nas coações do presente os pontos de fraqueza, as aberturas, as linhas de força, aquele que desloca sem cessar, que não sabe exatamente onde estará nem o que pensará amanhã, pois está extremamente atento ao presente (Michel Foucault)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno da segregação sócio-espacial na cidade de Fortaleza, tendo como referência o surgimento de formas recentes de moradia que privilegiam áreas com aspectos desérticos, e o afastamento de aglomerados populares, e que vem se tornando o refúgio das populações economicamente favorecidas da capital. Nosso estudo de campo foi desenvolvido no loteamento Alpha Village, empreendimento urbano localizado no leste da cidade. Diferente das pesquisas que tratam a questão da segregação como um produto *sui generis* da desigualdade sócio-econômica, optamos por uma análise mais voltada para a dimensão da subjetividade, buscando as raízes do fenômeno na própria constituição do ser humano. A partir de entrevistas com os moradores do referido loteamento, buscamos analisar as *significações imaginárias sociais* (Castoriadis) que compunham suas falas, e que definiam por sua vez, suas representações acerca de eles próprios, como dos **estranhos** que cruzam as ruas do referido espaço, tornando-se assim suspeitos em potencial. Dentro de nossa perspectiva, a segregação ganha uma conotação ambígua, pois ao mesmo tempo que autoriza o aniquilamento simbólico do outro, é também uma ferramenta que os ajuda a suportar a “dor da insegurança”.

Palavras – chave: Segregação, Medo, Estranho, Subjetividade.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the phenomenon of the partner-space segregation in the city of Fortaleza, having as reference the sprouting of recent forms of housing that privilege areas with desert-like aspects, and the removal from the popular accumulations, which is becoming the shelter of the populations economically favored of the capital. Our field study was developed in the land division Alpha Village, a located urban enterprise in the east of the city. Different from the research that deals with the question of segregation as a *sui generis* product of the partner-economic inequality, we opt to an analysis directed more towards the dimension of the subjectivity, searching the roots of the phenomenon in the proper constitution of the human being. From interviews with the inhabitants of the related land division, we decided to analyze the social imaginary significances (Castoriadis) that composed their speech, and that they defined in this way, its representations concerning themselves, as **strangers** that cross the streets of the cited space, becoming thus suspected in potential. Inside our perspective, the segregation gains a ambiguous connotation, therefore at the same time that it authorizes the symbolic destruction of the other, it is also a tool that aids to support the "pain of the unreliability".

Key- words: Segregation, Fear, Stranger, Subjectivity.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1	Considerações metodológicas	18
1.2	A difícil Arte da Pesquisa de Campo	19
2.	A DOIS PASSOS DO PARAÍSO	22
2.1	A estratégia das elites	26
2.2	O surgimento dos guetos voluntários	32
2.3	Do individualismo moderno ao individualismo	35
2.4	O isolamento como <i>ethos</i> contemporâneo	37
3.	A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO	41
3.1	O que “morar” que dizer	52
3.2	Da ética da convivência a uma estética da desconfiança	57
4.	O MEDO COMO PRODUTOR DE RELAÇÕES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	63
4.1	Medo social: sentidos e significados	64
4.2	Produzindo “corpos assustados” e “corpos corajosos”	67
4.3	Sobre a arquitetura do medo	73
4.4	Fortaleza L.C.	76
5.	ESTRANHOS COMO DECIFRAR O INDECIFRÁVEL?	80
5.1	Classificar é preciso: identificando os possíveis suspeitos	84
5.2	Sobre estrangeiros e estranhos	87
5.3	Quando o “estranho” deixa de ser estranho	89
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
7.	ANEXOS	97

1. INTRODUÇÃO

[...] All the lonely people, where do they all come from? All the lonely people, where do they all belong?¹ (Eleanor Rigby – Lennon/McCartney)

Segurança? Tranqüilidade? Previsibilidade? Auto-segregação? Medo? O que está impulsionando indivíduos pertencentes às camadas mais abastadas da população a migrarem intensamente para áreas com aspectos desérticos afastadas de aglomerados populares? Os muros de outrora, inicialmente criados para proteger a cidade de possíveis ataques inimigos, agora entrecortam bairros, demarcando não só espaços geograficamente delimitados, mas principalmente o contato com indivíduos considerados “indesejáveis”. De acordo com a tradição sociológica vigente, existem dois discursos que melhor explicam o surgimento do fenômeno da *segregação voluntária*, o qual é responsável pela criação dos espaços que aqui definimos como “ilha dos indivíduos”: o primeiro diz respeito a uma suposta “cultura do medo”, disseminada por um clima de pânico generalizado entre indivíduos que apontam a expansão metonímica da violência urbana como principal vetor de suas preocupações. Esse sentido é reforçado pela descrença, por parte da população brasileira, dos mecanismos legais de controle social, classificando-os por sua vez, como ineficientes e coniventes com a ação dos transgressores. Segundo Teresa Caldeira (2000), nas últimas duas décadas, em inúmeras cidades - como São Paulo, Los Angeles, Buenos Aires - diferentes grupos sociais, principalmente os dos estratos mais elevados economicamente, usam o medo da violência e do crime para justificar tanto novas tecnologias de controle social quanto sua retirada dos bairros tradicionais dessas cidades. Os discursos que legitimam o deslocamento para essas áreas e concomitantemente ajudam a reproduzir o medo, apóiam-se no crime (principalmente no crime violento) e também, incorporam preconceitos de classe, assim como referências negativas aos pobres e aos marginalizados.

O segundo discurso ganha um contorno menos dramático, ou seja, o medo é uma espécie de pano de fundo, e o que é considerado como fator determinante é a busca por um estilo de vida afastado da turbulência dos grandes centros urbanos, que visa a um menor desgaste emocional, e uma espécie de retorno a uma

¹ “Todas essas pessoas solitárias, de onde elas todas vem? Todas essas pessoas solitárias, onde elas se encaixam?”

comunidade idílica. Georg Simmel (1973 -[1950]), em seu famoso estudo *A metrópole e a vida mental*, foi um dos primeiros pensadores modernos a salientar que as mudanças de um estilo de vida mais lento e previsível, para outro caótico e desordenado, são sentidas diretamente no corpo, registradas sob a forma de experiências subjetivas. Simmel procurou, como ninguém, entender como a personalidade se acomoda nos ajustamentos das forças externas, isto é, como o homem se adapta às transformações do ambiente, do novo e do imprevisível. Na contemporaneidade, assistimos a uma busca desenfreada por formas de viver e de morar mais intimistas, e, não se trata simplesmente de um “individualismo de classe”, como poderiam postular certos segmentos marxistas mais ortodoxos, em que determinada parcela da população representada pelas “elites” escolhem por “vontade própria” apartar-se de determinados nichos da população, considerados uma ameaça à integridade moral destes. De acordo com o filósofo Gilles Lipovetsky (1983), estamos vivendo nova fase do individualismo ocidental, marcada por intensa privatização, erosão das identidades sociais e desestabilização acelerada das personalidades. Já não é a pertença ou antagonismo de classe que define o processo de personalização, mas a busca pela realização emocional de si próprio. O sentimento de pertença, organizado sob a imposição de determinados códigos sociais, pouco a pouco, foi sendo substituído por um senso de “auto-afirmação”, onde a satisfação é vivida enquanto experiência singular, numa espécie de gozo solitário construído na e pela experiência coletiva. O *homem sem vínculo* (BAUMAN, 2004) pode ser considerado um dos principais personagens de nossa época, produto de uma sociedade que tenta abolir a todo custo a desordem de seu cotidiano.

Considerado por Simmel como uma forma pura de *sociação*², o *conflito* é condição *sine qua non* para a vida do grupo, assim como para sua continuidade. Para o Sociólogo alemão, o conflito não é patológico, nem nocivo à vida social, pelo contrário, é condição para sua manutenção, além de ser o processo fundamental para a mudança de uma forma de organização social para outra. Não se trata de fazer uma apologia às diversas formas de conflito, mas sim de o considerarmos um elemento necessário e inerente à vida social. Nas *sociedades narcísicas*, marcadas

2 Simmel (1983) dá o nome de *sociação* “a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas” (pp. 166).

pelo culto de si, não há espaço para a incerteza, insegurança ou angústia. Manifestar o sofrimento é quase um delito; a realidade do infortúnio precisa ser abolida.

Antes de nos debruçarmos nesses questionamentos, apresentaremos um panorama detalhado sobre o que consideramos o objeto da nossa pesquisa, ou seja, as diversas estratégias de segregação e “evitação do estranho”, criadas por moradores que residem em um bairro de classe média/alta na Capital cearense. Diferente de um discurso que se tornou lugar comum nas análises sobre exclusão social, não estamos interessados em apresentar o fenômeno da segregação urbana simplesmente como resultado de uma forte desigualdade econômica, que sempre situou em lados opostos pobres e ricos. Certamente não podemos deixar de levar em consideração o fator econômico, pois sabemos que ele é um dos maiores responsáveis pela manutenção da desigualdade em nossa sociedade. Para se adquirir os inúmeros “bens garantidores de felicidade instantânea”, é necessário possuir recursos financeiros adequados, conseqüentemente, aqueles que não possuem esses recursos, tornam-se excluídos em potencial. A operação pode parecer simples se vista superficialmente, apenas como um desenho lógico. Nossas ações, porém, não são tão racionais assim quanto pensamos, ou melhor, como pensam aqueles que defendem a todo custo o *logo-imperialismo*. Antes de sermos seres racionais, somos seres humanos, e, como tais, portadores de duas dimensões distintas: uma que está no plano da racionalidade, e outra que se encontra no plano da afetividade, ou das emoções. Durante muito tempo acreditou-se que essas duas instâncias encontravam-se separadas, e tudo que fugisse o controle totalitário da razão seria considerado produção instintiva, relegada ao campo da irracionalidade. Apesar de conceitualmente estarem situadas em pólos opostos, é impossível pensarmos um polo descolado do outro. Em vez de começarmos pelo produto finalizado, ou seja, as representações que nos permitem uma leitura superficial da realidade, nos propomos a fazer o caminho inverso, tentando apresentar uma análise sobre aquilo que se apresenta como o ponto nodal de todas as ações: nossa capacidade imaginante. Nesse sentido, percebemos a segregação espacial e social como o resultado de algo bem mais profundo, e que está ligado intimamente com a dificuldade de nos relacionarmos com o outro (estranho); dessa dificuldade de “amar o próximo”, que Freud já anunciara nas páginas de *O Mal-estar na Civilização*, e que em nossa época ganhou tons ainda mais dramáticos com a exacerbação da

desconfiança e do medo, e que alterou de maneira decisiva a sensibilidade dos indivíduos, diminuindo por sua vez nossa fonte de reserva psíquica.

Na falta de melhor categoria explicativa, utilizamos em vários momentos do texto a noção de elite para nos referirmos ao grupo daqueles que possuem acentuado poder aquisitivo, porém consideramos importante salientar que, quando nos referimos à categoria *elite*, não estamos fazendo menção a um conjunto de indivíduos pertencentes às camadas mais abastadas da população, e, que de alguma maneira, representam os “interesses” e “propósitos” de grupos importantes e influentes dentro da sociedade. Definimos como elite os vários indivíduos detentores de elevado capital econômico e, que por sua vez, possuem acesso garantido aos tão disputados bens da sociedade do consumo. Nesse sentido, aproximamo-nos da concepção moderna desenvolvida por Mosca (*apud* BOTTOMORE, 1965), em que a elite não está apenas situada bem acima do restante da sociedade, mas está intimamente ligada à sociedade por meio de uma sub-elite, um grupo bem maior que compreende para todos os efeitos a “nova classe média” de funcionários públicos, gerentes e empregados de lojas, intelectuais etc.

A pesquisa empírica foi desenvolvida no loteamento Alpha Village, localizado no bairro Luciano Cavalcante, situado na cidade de Fortaleza (CE). Fizemos opção por esse loteamento, por se tratar de uma das áreas mais procuradas pela classe média/alta fortalezense nos últimos anos. Sempre tivemos interesse por fenômenos urbanos, mas foi só quando passamos a acompanhar mais de perto o dia-a-dia dos moradores desse bairro, que tivemos despertado o desejo de compreender determinados aspectos socioculturais que faziam parte da rotina daqueles indivíduos. O primeiro questionamento suscitado teve relação direta com a atmosfera de medo e desconfiança presente no bairro e, que por sua vez, era internalizada pelos moradores. Estávamos interessado na “fala do medo”, e no modo como essa fala poderia produzir representações arbitrárias acerca de indivíduos portadores de determinadas características consideradas suspeitas por eles. Foi, então, que surgiu a idéia de estudarmos a construção do “estranho” sob a óptica dos indivíduos que residem naquele bairro. Apoiado no pressuposto de que a separação espacial faz com que a visão do outro (estranho) seja diminuída, pois as qualidades que podem ser percebidas pelo convívio em grupo são diretamente anuladas pelo medo da ameaça constante que “vem de fora”, definimos como “estranhos” todos os indivíduos que estão, o mais afastado possível, do pólo da intimidade dos

moradores, assim como determinadas situações que de alguma maneira desestabilizam a sua experiência cotidiana.

[...] A estranheza dos estranhos significa precisamente nossos sentimentos de estar perdidos, de não saber como agir e o que esperar, e a derivante falta de vontade de comprometimento. Evitar o contato é a única salvação, mas como evitá-lo completamente, se fosse possível, não nos salvaria de grande grau de ansiedade e desassossego causados por uma situação sempre carregada do perigo de passos em falso e de erros custosos. (BAUMAN, 1997:172).

O fato de conhecermos uma pessoa, participar mesmo que informalmente de sua vida, faz com que possamos desenvolver nossas ações com base nessa relação. Para “amar” ou “odiar” uma pessoa, é necessário antes de qualquer coisa conhecê-la, pois é por suas atitudes classificadas, por nós, como negativas ou positivas, que construímos uma imagem daquilo a que iremos ou não nos afeiçoar. A dicotomia amigo/inimigo é a oposição que sustenta toda a vida social. O “estranho” não se encaixa em nenhuma dessas posições, é por isso que se torna uma ameaça ao “poder ordenador das oposições”. (BAUMAN, 1999).

Cercas elétricas, alarmes, muros altos, circuito interno de tv, segurança privada, são, antes de tudo, artefatos simbólicos objetivados por meio das diversas formas de segregação. É a força das *significações imaginárias sociais* (CASTORIADIS, 1982) que compõe o modo de viver de todos os segmentos da sociedade. Essas significações são aquilo que conferem sentido à nossa existência, e que podem mudar de acordo com a importância que cada época lhes atribui.

[...] As significações não são, evidentemente, o que os indivíduos se representam consciente ou inconscientemente, ou aquilo que eles pensam. Elas são aquilo, mediante e a partir do que os indivíduos são formados como indivíduos sociais, podendo participar do fazer e do representar/dizer social, podendo representar, agir e pensar de maneira compatível, coerente, convergente mesmo se ela é conflitual (o conflito mais violento que possa dilacerar uma sociedade ainda pressupõe um número infinito de coisas “comuns” ou “participáveis”). (CASTORIADIS, 1982:411).

Dessa forma, o *aparato de evitação do estranho* não tem simplesmente a

função racionalizante de garantir a proteção da integridade física dos indivíduos. No primeiro momento, podemos afirmar que possui exclusivamente essa função, mas se nos detivermos em uma reflexão mais profunda, veremos que ele também é uma construção simbólico-imaginária que visa a evitar o desconforto suscitado pela presença sempre incômoda do estranho, uma espécie de paliativo contra a sensação angustiante de estarmos constantemente sujeitos à maldade do outro. Sobre outra óptica, que também está dentro da ordem do simbólico, os elementos que constituem esse aparato também podem ser considerados signos distintivos, assim como carros importados, telefones celulares, roupas de grifes famosas, enfim, signos que garantem a afirmação de pertença a um grupo em específico (no nosso estudo, o ser classe média distinta). Não podemos comparar a classe média francesa, estudada por Bourdieu em sua obra *La Distinction* (1979), com a classe média brasileira, pois ambas são detentoras de significações diferentes. Se na obra do sociólogo francês o capital cultural aparecia como elemento definidor de classe (no papel), temos como hipótese a noção de que a classe média brasileira – e, no que se refere à pesquisa, a classe média cearense - está investindo, atualmente, em outro tipo de capital, que chamamos de “emocional”. Falar de um capital emocional não é fazer menção a uma espécie de “psicologismo”, mas sim nos remetermos a uma tendência que já se delineia desde meados do século XIX, como foi apontado por Sennett em sua instigante obra *O Declínio do homem público: “Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares; essa preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação”*. (pp.17). Na perspectiva apontada por Sennett, podemos indicar que em nosso País as elites buscam, mediante práticas distintas e distintivas, a celebração de um eu narcísico. Com o desejo de ser admirado, de despertar inveja, de ser reconhecido pelo outro, vem o desejo de admirar a si próprio. Uma casa com vigilância reforçada indica bem mais do que a constatação de que nesse espaço habitam pessoas preocupadas com assaltantes e/ou seqüestradores. Logicamente não podemos descartar essa hipótese, mas devemos levar em consideração o fato de que, quando criamos ou adquirimos algo, não o fazemos simplesmente por uma questão de necessidade, assim como os outros animais, que apenas agem de acordo com o instinto de sobrevivência. Nossa imaginação é desfuncionalizada, damos significados às coisas que nos cercam, e é essa característica que nos torna seres imaginantes.

[...] Sob o impulso do neo-individualismo, vêm a luz novas formas de consumo dispendioso que depende bem mais do regime das emoções e das sensações pessoais do que das estratégias distintivas para a classificação social. Através das despesas caras, homens e mulheres aplicam-se menos em ser socialmente ajustados do que experimentar emoções estéticas e sensitivas, menos em fazer exibição de riqueza do que em sentir momentos de volúpia. (LIPOVETSKY, 2005:54).

Isso não implica dizer que a busca do reconhecimento, por meio da incorporação de determinadas significações, que define o “ser classe média distinta” em nossa sociedade, foi abolida, mas sim dizer que a busca pelo gozo privado caminha lado a lado com a exigência de exibição e de reconhecimento social. Thorstein Veblen, considerado um dos espíritos mais originais da Sociologia norte-americana e um dos maiores estudiosos do capitalismo moderno, desenvolveu um método de análise em que privilegiava a interpretação econômica da história, buscando situar os valores psicológicos e sociais que coexistem nos homens. Em seu famoso livro *A Teoria da Classe Ociosa*, no capítulo intitulado “Emulação Pecuniária”, chama atenção para uma espécie de disposição dos indivíduos e, que, por sua vez, está na base de todo consumo dispendioso, a *emulação*, ou seja, o sentimento que incita alguém a igualar ou superar outrem.

[...] Naturalmente, pode-se conceber esse consumo como um atendimento tanto das necessidades físicas do consumidor, isto é, seu conforto material, como de suas necessidades mais elevadas, espirituais, estéticas, intelectuais, ou outras, sejam quais forem; esta última classe de necessidades seria atendida indiretamente pelo consumo de bens, segundo a maneira que é familiar aos leitores das obras econômicas. O consumo de bens não poder ser tido como o incentivo que leva invariavelmente à acumulação, exceto quando tomado num sentido muito afastado de sua significação primitiva. O motivo que está na base da propriedade é a emulação. (VEBLEN, 1988: 39).

Podemos recuperar um velho conceito de Marx para reforçar a noção das *significações imaginárias sociais* presente no pensamento de Castoriadis, ou mesmo a idéia de *emulação pecuniária* presente na teoria vebleniana: trata-se da *fetichização da mercadoria*. O que é essa fetichização senão uma forma de atribuir

valor a algo que está para além das necessidades? Segundo Marx (1975), há determinadas mercadorias que exercem uma espécie de “encantamento” sobre os indivíduos, e que são dadas a esses produtos determinadas características que transcendem a sua condição de objeto de troca. Também deixou implícito que haveria uma dimensão presente nos objetos que está no plano do “ilusório”, um valor que não pode ser quantificado, algo que ele exprime de forma brilhante na expressão “humanização da coisa”, ou seja, a atribuição de características humanas a um determinado produto (prazer, beleza, liberdade, bem estar, tranqüilidade). Quando Marx se refere a um “encantamento” proporcionado por certas mercadorias, obviamente que estava fazendo menção às idéias de “representação falsa”, “alienação das consciências”, que estão na base de sua teoria da revolução. Na contemporaneidade, assistimos a uma mudança bastante significativa nas relações de consumo, uma passagem do “*fetichismo do objeto*” para a “*sedução do objeto*” (LIPOVETSKY, 1983). À primeira vista, as duas noções se assemelham, mas, conceitualmente, partem de perspectivas opostas. É inegável que inúmeras mudanças colocaram em xeque os pilares que sustentavam o pensamento moderno: a revolução, o ideal de progresso, o laicismo, todos foram alvos de modificações com o surgimento de novos valores e condutas que reconfiguraram as relações sociais. Podemos dizer que a palavra *sedução* se adequa melhor à nossa atual condição, pois ela não está ligada a uma idéia de “representação falsa”, como se fossemos simplesmente reféns de ilusões que impedem nossa escalada rumo à liberdade. A sedução, aqui empregada, ganha uma conotação “positiva”, no sentido de investimento na liberdade, no bem-estar, no interesse próprio de cada indivíduo; é ela que tende a regular o consumo, a educação, os costumes.

Em tempos marcados pela hibridização dos valores, costumes e condutas, torna-se no mínimo ingenuidade tentar apresentar uma abordagem que privilegie apenas uma dimensão da vida social, seja ela o econômico, o cultural, o político, ou mesmo exclusivamente a dimensão da subjetividade. Para Henry Lefebvre, nas ciências sociais, estamos sujeitos a duas grandes armadilhas: a do “vivido sem conceito” e a do “conceito sem vida”. A primeira diz respeito à penetração na experiência pessoal como se esta fosse portadora de sentido, como se o sujeito pudesse produzir uma verdade sobre si mesmo. Já a segunda armadilha é a penetração na teoria, nas formações intelectuais, eliminando a subjetividade, ignorando a capacidade criadora do agente. A melhor maneira de se prevenir contra

esses “acidentes de percurso” é introduzir o *vivido no conceito*, unir esses dois grandes eixos, que por muito tempo se mantiveram em dimensões opostas, seja por psicologismos cego ou racionalismo extremado. Dessa forma, quando nos debruçamos na tarefa de compreender o que está levando a “classe média” cearense a migrar para áreas com aspectos desérticos, adotando por sua vez, formas de viver e de morar, pautadas na “segregação” e na “evitação” de indivíduos considerados indesejáveis, sabíamos que não poderíamos nos fechar em uma interpretação de “mão única”.

1.1 Considerações metodológicas

Dentre as inúmeras dificuldades apresentadas na elaboração da pesquisa, destacamos a busca de um modelo metodológico específico, e que explicita de modo mais satisfatório a apreensão daquilo que consideramos realidade social. Ficamos sabendo, através das lentes dos teóricos denominados construcionistas (BOURDIEU, CASTORIADIS, BERGER), que todo conhecimento socialmente apreendido é retrabalhado pelos indivíduos, por intermédio de nossas disposições afetivas, disposições essas que definem sua capacidade criadora em detrimento da coercitividade inerente das estruturas sociais. Com o intuito de apresentar uma análise em que seja possível pensar a junção de duas dimensões que por muito tempo estiveram situadas em pólos distintos (objetividade e subjetividade), optamos por uma *metodologia polifônica*, em oposição a um modelo metodológico fechado. Essa metodologia é definida por uma análise das diversas formas de perceber a realidade social apreendida pelos indivíduos, e que é elaborada mediante a teia de significados a que se encontram imbricados, assim como pelo estudo do imaginário, que fornece os elementos deixados de fora pelo modelo interpretativista, modelo esse que afirma ser possível apreendermos dentro de um desenho lógico-explicativo a ação dos agentes. Podemos destacar os nomes do antropólogo norte-americano Clifford Geertz e do filósofo grego Cornelius Castoriadis como dois dos importantes colaboradores dessa metodologia, definida por nós como polifônica. Geertz, como um grande discípulo de Max Weber, percebe a cultura como um livro que pode ser lido mediante as diversas interpretações construídas pelos seres sociais, pois, para

o autor, faz-se necessário levar sempre em consideração o “ponto de vista do nativo”, ou seja, a forma como os indivíduos apreendem e percebem a realidade que os cercam, dando sentido e significados diversos. Esse modelo de análise, que busca apreender a realidade dos fatos por meio da narração dos informantes, foi (e continua sendo) uma das mais importantes ferramentas dos pesquisadores que se aventuram na difícil tarefa perpetrada pelo trabalho de campo. Ela cada vez mais, porém, é questionada por aqueles que percebem essa possibilidade como algo impossível de se realizar. Apesar de concordarmos com a idéia de que as ações dos indivíduos não podem ser apreendidas de forma totalizante por um modelo hermenêutico, não podemos deixar de destacar a importância da “descrição densa” como ferramenta analítica que aproxima o pesquisador de seu objeto. No lugar de descartamos a proposta do Antropólogo, resolvemos trazer outra possibilidade, para que assim possamos enriquecer conceitualmente nosso percurso metodológico. Escolhemos o estudo do imaginário social desenvolvido por Castoriadis para que, dessa forma, fosse possível entender as nuances dos diversos sentidos empregados pelos informantes, pois sabemos que as representações elaboradas a respeito de qualquer coisa não são apenas diferentes leituras do mundo, mas se referem a algo mais profundo que define nossa condição de indivíduo nas mais diversas épocas. Pelo estudo das *significações imaginárias sociais* (CASTORIADIS, 1982), esperamos oferecer o complemento que consideramos necessário para melhor compreensão do mundo social, visto que ele não é apenas algo situado fora de nós, mas sim, dentro e fora, num processo dialético incessante.

1.2 A difícil Arte da Pesquisa de Campo

Não poderíamos deixar de relatar nessa nota introdutória as inúmeras dificuldades encontradas na busca de maior aproximação com nossos informantes. Quando optamos por esse campo empírico, sabíamos que teríamos grande desafio pela frente, primeiro pelo fato de termos escolhido um bairro de classe média/alta, cujas características marcantes são o aspecto desértico e a vigilância constante, o que dificultava o nosso contato com os habitantes, já que raramente são vistos caminhando pelas ruas, prática muito comum nos bairros populares. E, em segundo, por nossa “estrangeiridade”, por não pertencermos ao espaço que nos propúnhamos

estudar , o que nos deixava numa situação desfavorável, visto que, para aquela população, éramos “estranhos” e como tal passível de desconfiança. Dessa forma, para transpor a “barreira física” erigida por muros altos, cercas elétricas e alarmes, teríamos que passar primeiramente pelo bloqueio simbólico, que se consolidara como uma regra de sociabilidade, difundida silenciosamente. Encontrar os proprietários em suas residências era quase impossível, salvo alguns moradores aposentados, e, mesmo assim, encontrar um horário disponível na agenda deles era sempre motivo de grande espera. Muitos dos habitantes do loteamento são profissionais liberais (empresários, médicos, construtores, professores universitários etc) e que passam a maior parte do dia em seus respectivos trabalhos. Nos finais de semana, tornava-se ainda mais difícil programar um encontro, pois muitos deles saem a passeio e aqueles que ficam em casa organizam pequenas reuniões com familiares e amigos. Apesar de eles não nos falarem abertamente que não queriam ser incomodados, deduzimos que não seria uma “boa idéia” marcar entrevistas para os finais de semana, pois sabemos que “o sistema de comunicação do bairro é marcado por fortes regras de conveniência³” (DE CERTEAU, 2003), e transgredir uma dessas normas podia ser extremamente prejudicial ao andamento da pesquisa.

[...] O sistema de comunicação do bairro é fortemente controlado pelas conveniências. O usuário, ser imediatamente social apanhado em uma rede relacional pública, que ele não controla totalmente, é intimado por sinais que lhe intimam a ordem secreta de comportar-se conforme as exigências da conveniência (DE CERTEAU, 2003:57-58).

Outro ponto que destacamos é a “falta de interesse” dos moradores em quererem colaborar com nossa pesquisa. Em algumas vezes, eles desconversavam, falavam que eram muito ocupados, como se dissessem “não temos tempo a perder”, não se mostravam dispostos a responder nossas indagações, a não ser com uma certa insistência. Não estamos querendo generalizar, ou apresentar uma imagem “negativa” dos moradores do loteamento Alpha Village, porém não podemos

3 A conveniência, segundo o historiador francês, é um conjunto de códigos edificado pela coletividade de um bairro, e que visa dentre outras coisas à adequação dos moradores a esse sistema simbólico. Trata-se de uma invenção do coletivo anônimo, administrada por um pacto silencioso entre todos aqueles que dividem o espaço do bairro. A conveniência possui uma conotação ambígua, pois, ao mesmo tempo que funciona como “lei”, reprimindo determinadas condutas tidas como “transgressoras”, é também a porta de entrada para aqueles que esperam ser reconhecidos como membros “genuínos” desse espaço.

omitir determinados fatos que dificultaram nosso percurso etnográfico. Permitam-nos relatar uma experiência particular e que serve para reforçar tudo aquilo que foi descrito há pouco sobre a dificuldade de nos aproximarmos dos moradores do loteamento. Há alguns anos, ainda na graduação, tivemos a oportunidade de vivenciar duas práticas de pesquisa distintas: uma que compreendia populações residentes em bairros populares e outra que privilegiava os chamados “bairros de classe média”. Foi impossível não percebermos a diferença no que diz respeito ao interesse de cada grupo. Enquanto os primeiros se mostravam atentos e dispostos a responder nossas perguntas, como se fossem extrair das entrevistas benefícios, os outros se mostravam indiferentes, chegando a alegar que “não precisavam do Estado e de suas benfeitorias”. Muitos nem sequer deixavam que explicássemos o porquê de estarmos ali. Isso não é um evento isolado pois, situação semelhante foi vivenciada por outros estudiosos⁴ que se dedicam à compreensão de fenômenos relacionados as populações economicamente favorecidas.

Hipoteticamente, à luz de Michel de Certeau, é possível dizer que essa “resistência” por parte dos moradores do loteamento é resultado de uma “regra de conveniência” partilhada pela coletividade do espaço em foco, porém isso necessita de um estudo mais detalhado, já que existem outros elementos subjetivos em jogo. Esperamos que, após esse pequeno relato sobre as nossas dificuldades, não tenhamos “frustrado” a intenção de outros jovens pesquisadores que também possuem interesse em “compreender o universo” dos “médias”, e que, pelo contrário, essas palavras funcionem como estímulo, aumentando ainda mais a curiosidade deles. Nosso intento é apenas expor alguns “contratempos” que surgiram durante nosso percurso e que influenciaram de forma decisiva na elaboração da pesquisa.

4 Destacamos o trabalho da antropóloga Cristina Patriota, que para estudar as formas de sociabilidade entre moradores que residem no condomínio Aldeia do Vale na cidade de Goiânia, precisou se tornar moradora do referido espaço. Ver: MOURA, Cristina Patriota de. Vivendo entre muros: o sonho da aldeia. In: KUSCHNIR, K & VELHO, G. Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, pp. 42-54.

2. A DOIS PASSOS DO PARAÍSO?

As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e segregação, e a cidade de Fortaleza, na condição de grande capital, com aproximadamente 2.374.944 habitantes (Fonte: IBGE) acompanha o processo que atinge todo o sistema urbano brasileiro. A configuração centro-periferia, responsável pela manutenção de uma grande distância geográfica entre pobres e ricos, pouco a pouco foi substituída por novo desenho urbanístico, no qual os grupos sociais se separam por muros e tecnologias de segurança. Do início dos anos 1940 até meados dos anos 1980, as classes médias e altas estavam situadas em bairros próximos ao centro da Cidade, dividindo o espaço com os diversos estabelecimentos comerciais presentes naquela área; as classes menos favorecidas, por sua vez, encontravam-se em precárias e distantes periferias. De reduto das elites, o Centro passou a ser considerado reduto da mendicância ou da vadiagem, um espaço da desordem por excelência. O vento da prosperidade passou então a soprar rumo a outra direção. Com o crescimento desordenado da Cidade, as elites fortalezenses partiram rumo ao sol nascente, em direção ao leste da Capital. Áreas isoladas e verdes, não urbanizadas e distantes, foram transformadas em espaços supervalorizados, superando os tradicionais bairros centrais e com boa infra-estrutura. Existe, atualmente, enorme investimento em loteamentos residenciais, que garantem, dentre outras coisas, a impossível missão de equilibrar segurança e liberdade:

[...] Raridade. Nunca uma palavra foi tão adequada a um empreendimento. No projeto urbanístico Alpha Village você vai encontrar uma localização única, talvez a última oportunidade de adquirir um terreno urbano, próximo a toda uma estrutura de serviços já implantada. Tudo isso num local cercado de muito verde e acelerada valorização. Pode parecer sonho. Mas, o melhor é saber que é realidade. O Alpha Village tem tudo que você imaginou, nas condições que você queria. Conheça hoje o projeto urbanístico Alpha Village. Porque as raras e grandes oportunidades da vida não costumam bater duas vezes na mesma porta (grifamos).

O trecho acima foi retirado de um anúncio a divulgação do loteamento Alpha Village, situado no bairro Luciano Cavalcante, espaço que funciona como foco de investigação empírica de nossa pesquisa. Percebe-se o forte teor apelativo da mensagem, que se utiliza de um repertório de valores que fala à sensibilidade e à fantasia das pessoas. O sonho que pode se tornar realidade, tudo o que você imaginou em único local, tudo isso cercado de muito verde e acelerada valorização. Aqui podemos perceber um discurso pautado em uma concepção “romântica” de moradia, que privilegia o contato com a natureza em detrimento do ambiente caótico e desordenado dos grandes centros. Um retorno à *comunidade*, no sentido utilizado por Tönies, onde a tranquilidade, a ordem e a harmonia são os valores partilhados entre os membros. Juntamente com os espaços segregados, também vemos se desenvolver uma nova *economia psíquica*, diferente daquela apresentada outrora por Simmel, e que era comum, por sua vez, ao indivíduo da metrópole. Não são poucas as propostas de curas a curto prazo para as chamadas “doenças da alma”, bastando para isso que os ideais de felicidade sensorial sejam atendidos; tudo depende de uma vontade individual:

[...] Quando não está sob o cuidado das drogas, você tem nas imagens o “curativo”. Afogam no fluxo da mídia seus estados de alma, antes que se formulem em palavras. A imagem tem o extraordinário poder de captar suas angústias e seus desejos, de controlar-lhes a intensidade e suspender-lhes o sentido. (KRISTEVA, 2002:15).

As imagens às quais se refere a autora são aquelas que captamos quando estamos diante do televisor, mas podem também ser aquelas que estão presentes nos anúncios imobiliários, que garantem, de antemão, uma vida afastada do conflito e livre de tensões cotidianas. Para nos induzir a comprar os “lotes dos sonhos”, as empresas imobiliárias investem em propagandas que atingem “em cheio” nosso imaginário, seja pelo “discurso do medo”, apresentando receitas “mágicas” para a sensação de insegurança provocada pela expansão da violência, seja mediante um discurso pautado numa idéia de liberdade desmedida, mostrando que é possível obter satisfação plena, contrariando aquilo que constitui dilema do homem moderno, o velho embate entre segurança e liberdade.

Apesar de o título sugerir uma espécie de elogio ao ideal de vida comunitária, nossa proposta vai em direção contrária, buscando repensar a noção trazida pelo

senso comum que apresenta a comunidade como um espaço pautado pela harmonia e pela solidariedade entre aqueles que a constituem. Quando nos reportamos à idéia de “paraíso”, estamos apenas evidenciando a metáfora utilizada por alguns moradores, que serve, por sua vez, para definir o bairro focalizado. Sabemos que o apelo ao ideal de vida comunitária não se funda apenas na aproximação dos iguais, mais principalmente na exclusão do diferente, e é nesse sentido que propomos uma crítica à busca desenfreada à “comunidade dos sonhos”, que, em sua versão contemporânea, se consolida por meio dos espaços que aqui designamos de “ilhas dos indivíduos”. Freud foi um dos primeiros pensadores da cultura a desmistificar a ilusão do comunitarismo como possibilidade de conter a agressão dos indivíduos, mostrando que a inclinação para esta é algo presente em todos seres humanos, e conclui: *“É sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade”*(p.71). Foi o que também nos mostrou Norbert Elias (2000) em sua obra *Os estabelecidos e os outsiders*, indicando como um grupo reforçava sua identidade, imputando características depreciativas a outros grupos. Não precisamos ir muito distante para mostrar o quanto as tentativas de agrupar indivíduos por suas semelhanças, sejam elas étnicas, econômicas ou religiosas, têm como resultado a intolerância e o ódio ao diferente. Um exemplo bastante conhecido no nosso País é a intolerância dos pequenos grupos “neofascistas”, que possui dentre os seus representantes a facção conhecida popularmente como “carecas do ABC”. Jovens oriundos do subúrbio paulista, na sua maioria filhos de operários, e que assumem por sua vez um discurso carregado de preconceito em relação às populações nordestinas, utilizando como argumento a idéia de que estes vão à cidade tirar-lhes os empregos que por “direito” seriam deles. Os imigrantes são vistos como um “mal” que precisa ser combatido a todo custo, porque o gozo do outro não está sujeito à regra da partilha, mas da privação. Dessa forma, o imigrante não é hostilizado por suas características fenótípicas, mas por encarnar o agente de privação, aquele que só vive para seu gozo pleno.

A comunidade do loteamento Alphavillage também possui os seus inimigos, que se corporificam nas figuras daqueles que cruzam as ruas do bairro, vindos de outras localidades. Apesar de alguns moradores apontarem os jovens da periferia como suspeitos em potencial, percebe-se nas falas um acentuado tom de incerteza, como se estas não dessem conta da dúvida angustiante que os assalta. Para

atenuar essa sensação desconcertante, apóiam-se em especulações e em casos contingentes. É assim que conseguem reordenar a experiência cotidiana que a todo instante os presenteia com uma enxurrada de fortes emoções. Não podemos deixar de descrever o mal-estar que se instalava nos moradores diante dos questionamentos: quem são esses indivíduos que lhes tiram o sossego? De onde eles vêm? Alguns gaguejavam, outros desconversavam, e havia aqueles que faziam uma longa pausa, e só depois, arriscavam um palpite, que na maioria das vezes era acompanhado de um “eu acho...”, “parece que...”, “dizem que...”. Em todas as falas, era visível a marca da incerteza, e, dessa forma, definiam o outro-desviante-ideal apoiados numa espécie de “jogo dos contrários”, onde os “estranhos” são sempre definidos com características que se opunham à deles:

MORADORES	ESTRANHOS
Bom	Mau
Calmo	Agressivo
Trabalhador	Ocioso/Vagabundo
Decente	Indecente
Limpo	Sujo
Educado	Mal-educado

Tabela 1: Classificação distintiva entre moradores x estranhos

Assim, “a comunidade dos sonhos”, para os moradores do loteamento, configura-se como “a comunidade dos pesadelos” para aqueles que se encontram do lado de fora. Mesmo no loteamento, onde aparentemente há uma maior integração entre seus habitantes, existe uma espécie de hierarquia entre os grupos, expressa de forma detalhada na fala do presidente da Associação de Moradores:

[...] Inicialmente, à 6 anos atrás, da Pinto Bandeira para cá, só havia 5 casas. Aqui tudo era matagal, era mato, era verde, e as pessoas que moravam por aqui, que vieram ainda naquele ano. Gerou-se primeira leva, vamos assim dizer, de pessoas que gostavam de natureza, de uma certa quietude de um “romanticismo”. Já dois anos depois veio uma segunda leva de pessoas, pessoas que tinham grana, um poder aquisitivo maior. Depois passaram a surgir mais e mais, pequenos condomínios, um construtor comprava 3 lotes, fazia 5 casas, então também temos essa última leva, pessoas que não tem interesse nenhum na natureza, em formar “comunidade” em geral né? Pessoas em geral de classe média para classe média

baixa (esse terceiro grupo). São pessoas mais simples, eu não tenho nada contra isso, mas são pessoas que não tem esse elemento de cuidar da natureza, ver algo social, algo em comum. Vieram aqui porque “ah! Vamos morar na Água Fria porque isso é valorizado, tem nome, a famosa “aparência”. Não sabe como pagar conta de luz, mas está morando na Água Fria (grifos meus).

A partir dessa fala, podemos perceber que o *narcisismo das pequenas diferenças* não está presente apenas no discurso dirigido para aqueles situados do lado de fora, moradores de bairros vizinhos, mas também para os próprios membros do loteamento, que de acordo com o presidente da Associação, se dividem em três grupos bastante demarcados. Os laços não se apresentam de tal modo apertados assim quanto se supõem; a homogeneidade é apenas uma ilusão que alimenta o imaginário dos indivíduos pertencentes ao referido espaço. Castoriadis já indicara o quanto o projeto de uma sociedade transparente se constitui como uma proposta absurda, uma vez que é impossível eliminar a dimensão do inconsciente presente em cada indivíduo. A divisão, segundo o morador, não ocorre a partir de um ponto de vista econômico, mas de um prisma moral, pois aqueles que possuem uma espécie de “consciência ecológica”, se posicionam em superioridade em relação aos demais. Na fala há pouco reproduzida, podemos perceber que o morador reivindica para o grupo a legitimidade de pertença ao espaço, indicando que há preocupações distintas entre os habitantes do bairro. Mesmo o presidente da Associação indicando que não tem nada contra “os moradores mais simples” que habitam o local, fica explícito o “tom debochado” com que a eles se refere, afirmando que estão em busca de “aparência”, de se integrar a um espaço que definitivamente não é destinado a eles.

2.1 A mobilidade das elites

A facilidade de transitar entre os territórios, sem que para tal feito haja a necessidade de algum consentimento *a priori*, é mais uma marca da distinção assumida pelas elites contemporâneas. Para as “novas elites”, não existem fronteiras intransponíveis, a não ser aquelas criadas por eles para manter os

indesejáveis do lado de fora. A mobilidade é um dos bens de consumo mais almejados dos últimos tempos, tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado:

[...] A mobilidade adquirida por “pessoas que investem” - aquelas com capital, com dinheiro necessário para investir – significa uma nova desconexão do poder face a obrigações, com efeito uma desconexão sem precedentes na sua radical incondicionalidade: obrigações com os empregados, mas também com os jovens e fracos, com as gerações futuras e com a auto-reprodução das condições gerais de vida; em suma, liberdade face ao dever de contribuir para a vida cotidiana e a perpetuação da comunidade (BAUMAN, 1998:16).

De acordo com Bauman, esse “desapego” em relação a um território em específico, esse desejo de estar sempre em movimento, constituindo por sua vez laços sociais fáceis de desatar, apresenta-se como ações características de nossa época, que tem como marca o apelo desenfreado à liberdade, cujas significações foram substituídas por aquelas próprias da sociedade do consumo, na qual o projeto de liberdade consiste na obtenção de determinados bens. Essa idéia trazida pelo Sociólogo polonês vai de encontro às observações do psicanalista Jurandir Freire Costa (2004) que, ao analisar a realidade brasileira contemporânea, aponta que a população, de uma maneira geral - seja ela pobre ou rica – não está interessada em assumir compromissos a longo prazo. Esse desinteresse pelo outro, nas palavras do Psicanalista, é resultado de uma subordinação à “moral do entretenimento”, que alterou profundamente nossa percepção diante dos símbolos responsáveis pela orientação de nossas condutas.

Sob uma perspectiva de direcionamento marxista, é possível pensar essa fuga para espaços vigiados, como “estratégia articulada”⁵ por um grupo (elites), visando ao controle daqueles que, mesmo fadados à imobilidade, representam perigo iminente: as camadas pauperizadas da população, também conhecidas como “classes perigosas” (dangerous classes). Quando nos referimos a uma idéia de

5 Grande parte dos estudos realizados no Brasil na década de 1980 sobre o fenômeno da segregação urbana apresenta-o como resultado da desigualdade social e econômica comum aos grandes centros, sem levar em consideração outros fatores que não aqueles de caráter “economicista”, pautados sobre o velho discurso da luta de classes. Não estamos, em hipótese alguma, desmerecendo a importância dessas análises, pelo contrário, acreditamos que o fator desigualdade social é um dos grandes influenciadores desse apartheid socioespacial, que se desenha no nosso cotidiano. Não podemos, porém, reduzir a complexidade do fenômeno a única abordagem, seja ela econômica, política ou mesmo “psicanalítica”.

estratégia articulada, não significa dizer, simplesmente, que essa busca desenfreada por espaços afastados de turbas urbanas é algo organizado racionalmente por um grupo de indivíduos que perceberam nesses deslocamentos a receita de uma vida mais feliz. Não descartamos a influência de um processo social histórico *sui generis*, e muito menos, a capacidade reflexiva dos agentes, ou, como diz Castoriadis, “a nossa condição de autonomia frente aos esquemas de dominação”.

Não é de hoje que a produção do crime e da desordem é atribuída às camadas pauperizadas. A idéia de classes perigosas surgiu na primeira fase da Revolução Industrial, para designar um grupo social que vive à margem da sociedade civil, a partir da mão-de-obra excedente, chamada por Marx de “exército de reserva”. Produtos de um modelo econômico desigual, esses indivíduos estavam excluídos daquilo que é considerado necessário para a satisfação das necessidades humanas (educação, moradia, saneamento básico etc.,). Isso era suficiente para que fossem a eles imputadas determinadas características depreciativas que os situavam como ameaça à integridade física e também moral das elites. Se, antes, os excluídos da “sociedade dos produtores” tinham esperança de serem reintegrados à linha de produção por comporem o exército de reserva, os “novos excluídos” não mais sonham com esse retorno. Em nossa sociedade do consumo, não há espaço para os consumidores falhos, a não ser as prisões. Assistimos à passagem de um modelo de comunidade includente do “Estado social” para um Estado excludente “penal”, voltado para o controle do crime. Os infratores, cada vez mais, deixam de ser reconhecidos como cidadãos destituídos em busca de apoio e são mostrados, em vez disso, como indivíduos censuráveis, imprestáveis e demasiado perigosos. As fronteiras dos bairros vigiados, por sua vez, permitem a saída, constituindo-se em proteção contra o ingresso indesejável de células provenientes do outro lado. Favelas e bairros periféricos são comumente reconhecidos como “espaços do crime”, onde seus habitantes vivem no limite da humanidade e seus indivíduos são considerados criminosos em potencial. Ao indagar aos moradores do loteamento Alpha Village sobre “Quem seriam e de onde viriam os indivíduos que de acordo com suas falas realizavam assaltos naquela área tirando-lhes o sossego?”, foi possível perceber em algumas falas o discurso que relaciona pobreza a criminalidade, mostrando que o temor das “classes perigosas” continua vivo no imaginário da população:

[...] São essas pessoas do Tancredo Neves, e do Alvorada. As vezes eles vem de longe. Aqui nessa rua muitos já foram assaltados, eu até hoje, graças a Deus não fui! Porque meu filho e minha filha chegam em casa sozinhos, 4 da manhã” - (Senhora de 57 anos, aposentada, e que reside no bairro desde 1997).

As falas só se distinguem segundo a intensidade: existem aquelas mais contidas, que apenas supõem a procedência dos indivíduos, e existem as do tipo incisivas que indicam sob a forma de denúncia tal procedência:

[...] Olha aí, Olha aí (...), mas é dessas favelas mesmo, o pessoal que vem de “lá” para “cá”! Mas eles passam muito rápido aqui, a gente conhece logo e já vai chutando. Passou um “carinha” de bicicleta, dois, um no “varal” e outro sentado, é malaca⁶! Já vem para roubar!” - (Senhor de 50 anos, aposentado, e que reside no bairro desde 2003).

Não nos cabe como pesquisador dizer se os comentários desses moradores apresentam um dado empiricamente observável, pois nossa investigação é social e não criminal. Talvez esses indivíduos venham dessas favelas, talvez não, mas o que isso acrescenta no plano de reflexão? Que jovens e adultos economicamente desfavorecidos e que habitam em favelas são realmente culpados pelos assaltos cometidos naquela área em específico? Ou, então, mostrar que eles estão enganados, que esses indivíduos não vêm de favelas, mas de outros espaços? O que interessa para a pesquisa é mostrar a existência de um discurso disseminado entre os moradores desse bairro (que não é comum apenas à classe média/alta fortalezense), que visa a relacionar a criminalidade com a pobreza em todas as suas dimensões. De acordo com Teresa Caldeira (2000), o crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem (cortiços, favelas). Dessa maneira, podemos indicar o fato de que a aparente certeza que os moradores do loteamento estudado apresentaram não foi arquitetada simplesmente pelas experiências concretas por eles vivenciadas, mas principalmente por um princípio de classificação que tende a demarcar de forma rígida o que está situado do lado do bem e do mal. Ao terem suas idéias confirmadas, esses indivíduos se acham reconfortados, pois podem indicar de forma objetiva os responsáveis por seus infortúnios; existe uma profecia que se cumpre a cada momento que o morador de

6 Expressão que designa popularmente o sujeito que busca a todo custo conseguir vantagens sobre o outro, semelhante ao “malandro”.

uma favela próxima aponta uma arma para um dos moradores do loteamento, reforçando, por sua vez, o estigma. De acordo com Luis Eduardo Soares (2005), “a interpretação que suscita será sempre comprovada pela prática não por estar certa, mas por promover o resultado temido”. Sabemos que o temor suscitado pela presença inoportuna do “estranho” não pode ser reduzido ao fato de este pertencer uma classe menos favorecida economicamente, mas, também, não devemos desmerecer a importância da fala do crime, assim como a de um conjunto de imagens depreciativas imputadas sobre os indivíduos pertencentes às camadas mais empobrecidas.

É importante observar que a mobilidade das “elites” já não garante por si só a tranquilidade de seus membros. Não basta apenas poder se deslocar para espaços longe daqueles que representam perigo iminente, pois é também necessário impedir a todo custo que esses indivíduos cheguem a tais territórios, espalhando o germe da insegurança. Nesse sentido, o confinamento assume papel decisivo no *modus operandi* das elites, seja por intermédio das prisões oficiais mantidas pelo Estado, seja por meio das “prisões da miséria⁷”. O discurso de evitação que incide sobre os pobres na sociedade brasileira ganha por muitas vezes um contorno sutil, encoberto pela retórica da caridade, que funciona como um mecanismo ora afetivo, ora racional. Ao mesmo tempo que “massageia o ego” dos indivíduos pertencentes aos setores mais favorecidos economicamente, construindo a ilusão de “missão cumprida” - tal qual um religioso garantindo vaga por antecipação no paraíso etéreo – se consolida também como elemento responsável pela manutenção e perpetuação das desigualdades. Da-se assistência em troca da “docilização” dos selvagens, o que se caracteriza como estratégia de controle social. Cada vez mais, se cobra do Estado o desenvolvimento de políticas públicas e projetos assistencialistas que visam dentre outras coisas, à devolução da dignidade aos moradores de favelas e regiões periféricas do País, por meio de atividades educacionais, mediadas pelas artes e os esportes. Um dado interessante que nos leva a refletir é o fato de que a maior parte desses projetos é desenvolvida exclusivamente nos limites da favela, fazendo com que seus moradores não sintam a necessidade de deixar o espaço

7 As “prisões da miséria” são aquelas construídas simbolicamente mediante a internalização de determinadas significações que definem o que é “ser pobre” em nossa sociedade; a pobreza se torna um sinal de nascença marcado a ferro e fogo, e que transcende, por sua vez, uma visão puramente econômica, pois ela está no modo de se ver, de se perceber e de se avaliar desses indivíduos.

onde vivem. Por que isso acontece? Que interesses estão em jogo nessas atividades socioeducativas? Pierre Bourdieu já indicara em seus escritos que não existem “atos desinteressados”, pois sua Sociologia postula a noção de que os agentes sociais não realizam atos gratuitos. Dessa forma, como pesquisador devemos ficar atento a todas as nuances do jogo social, pois os agentes implicados na disputa percebem o sentido do jogo sob perspectivas distintas. Se, por um lado, esses projetos têm como finalidade “restituir a dignidade” de uma população que vive à margem sob todos os aspectos, por outro, podem ser percebidos como tentativas de confinar essa mesma população nos limites da favela. Não se trata de sermos “pessimista” ou “otimista”, mas sim de indicar que pode haver diferentes percepções por parte dos agentes implicados no jogo. Loic Wacquant (2000) chama de “guetização do pobre” a tendência que se tornou condição *sine qua non* do controle da criminalidade, ou seja, fazer com que os moradores de espaços estigmatizados não necessitem deixá-los em busca de atividades que não podem (não devem) ser por eles usufruídas. Ao lado da mobilidade, a imobilidade dos indesejáveis aparece como estratégia complementar das “elites”. Não é de hoje que discursos inquisidores e práticas excludentes alimentam o imaginário de milhões de brasileiros. Basta olharmos, com um pouco mais de acuidade, a história recente de nosso País, para sermos mais preciso, aquela que se iniciou em meados do século XX. Um enorme processo “civilizador” tomou conta das principais capitais do Brasil, entre elas, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza. A *belle époque*⁸, como ficou conhecida essa página de nossa história, consistiu em um conjunto de práticas que visavam, dentre outras coisas ao aformoseamento e à remodelação sociourbana das cidades. Esse processo tem ligação direta com o surgimento das sociedades disciplinares no início do século XIX, quando grandes transformações institucionais transformaram o caráter essencialmente corretivo das penas. As punições, que consistiam num espetáculo que exibia corpos marcados, mutilados e esquartejados, foram substituídas por arranjos mais sutis, tendo por alvo, desde então, a “alma” dos indivíduos. Michel Foucault chamou de *biopoder* o conjunto de práticas que visavam ao disciplinamento e ao adestramento dos indivíduos; poder esse que intervêm diretamente naquilo que é a realidade mais concreta dos indivíduos, o seu corpo, e

8 Expressão francesa cunhada para traduzir a euforia européia com as novidades extasiantes decorrentes da revolução científico-tecnológica.

que se situa ao nível do próprio corpo social e não acima dele; técnicas de poder que visam a um controle detalhado do corpo: gestos, comportamentos, hábitos e discursos. A produção desses saberes não ocorrem apenas sobre o criminoso, mas também incidiu sobre a loucura, a sexualidade e a doença. Com o emergir de novos saberes, entre eles o surgimento da demografia, que trouxe consigo o questionamento acerca do grande contingente populacional, passou a existir uma preocupação demasiada com os problemas que constituíam o fenômeno população (epidemias, habitação, higiene etc.), vindo à tona aquilo que Foucault definiu como poder sobre a vida, ou *biopolítica*. Dito isso, podemos voltar às estratégias de controle das camadas pauperizadas do Brasil no início do século XX.

Patrocinado pelas elites econômicas, políticas e intelectuais, o processo de “europeização” das cidades tinha como principal alvo a população pobre, principalmente os setores populares, cujos hábitos e costumes era tidos como rudes e selvagens pelos idealizadores daquele processo civilizador. Era necessário moldar as cidades aos padrões estéticos e materiais dos grandes centros urbanos europeus, e isso significava, por sua vez, disciplinar os pobres, os doentes, os loucos, as prostitutas, pois estes sujeitos eram considerados um entrave ao referido processo. Como podemos perceber, a história nos mostra que possuímos um modo bastante peculiar de tratar aqueles que transgridem na sociedade os nossos códigos morais e/ou estéticos. O confinamento espacial, sob os mais variados aspectos, é em todas as épocas, a estratégia mais utilizada no tratamento com setores inassimiláveis da sociedade.

2.2 O surgimento dos guetos voluntários

O ideal de sociedade “perfeita” tem agora como objeto principal a “comunidade do bairro seguro”. O confinamento espacial e o fechamento social tornaram-se um ideal a ser conquistado pelas “elites” contemporâneas, seja como tentativa de proteção contra a violência urbana, seja como símbolo de distinção, que elevou, por sua vez, o “padrão moral” desses indivíduos. O loteamento Alpha Village possui todas as características daquilo que se define como gueto voluntário, ou seja, um espaço organizado com o intuito de agregar dentro de seus limites indivíduos

com preocupações semelhantes, e que, diferente dos guetos tradicionais (reais), foi formado a partir da opção dos moradores por esse estilo de vida. Segundo o sociólogo Loic Wacquant (*apud* BAUMAN, 2003), há na sociedade norte-americana dois tipos de guetos: os chamados “reais”, que têm como modelo típico-ideal aqueles construídos pelos habitantes negros dos Estados Unidos, e que implicam a negação direta da liberdade. Os indivíduos que habitam nessas regiões não podem deixar o local de origem e circular nos bairros brancos adjacentes, sem correr o risco de serem perseguidos e detidos pela polícia. É possível fazermos uma analogia com as favelas brasileiras, onde se tornou comum vermos constantemente tentativas, por parte de um “Estado” cada vez mais repressor, e de uma população cada vez mais amedrontada, com o intuito de impedir que as “classes perigosas” desçam dos morros. A proposta encabeçada pelo vice-governador do Rio de Janeiro em 2004, que visava à construção de uma verdadeira muralha em volta da maior favela da América Latina, a Rocinha, é uma prova definitiva de que a “ditadura sobre os pobres” não é uma característica que compete apenas ao modelo americano. Os guetos “voluntários”, por sua vez, diferem dos “reais” em um aspecto decisivo: eles pretendem servir à causa da liberdade. A partir da fala de nossos informantes, percebemos que a escolha pelo loteamento em específico era assentada sobre os mesmos argumentos: a busca por uma vida previsível, tranqüila, onde poderiam desfrutar de um contato mais intenso com a natureza, uma visão romântica do convívio, e acima de tudo o apelo a uma vida comunitária pautada em ideal de nós. O fechamento e o confinamento teriam pouca consistência se não fossem complementados pelas idéias de homogeneidade aos de dentro e heterogeneidade aos de fora. Durante as entrevistas realizadas com os moradores do loteamento Alpha Village, foi possível observar que as idéias de “nós” (moradores do bairro) e “eles” (moradores de bairros periféricos) estavam presentes em quase todas as falas, mesmo que de forma implícita:

Ao ser questionada como considerava as eventuais mudanças no estilo de vida com a vinda para o bairro, uma moradora afirmou:

[...] Para mim foram negativas, porque mesmo que a convivência com aquelas pessoas da Parangaba (bairro popular de Fortaleza) pudesse vir acarretar algum problema, é bem melhor conviver com essas pessoas do que com a distância.

Em outro momento, ao ser indagada se o estilo de vida que levava no bairro atual era muito diferente daquele que mantinha no antigo bairro onde residia, ela concluiu:

[...] O estilo de vida da família não mudou, mas o estilo de vida do bairro é completamente diferente. As pessoas que moram nesse bairro, o estilo de vida é totalmente diferente de lá. A nível de educação é muito diferente. No bairro anterior tinha um movimento intenso na rua, as pessoas se visitavam, muito barulho, e aqui no bairro muitas vezes não se conhece o vizinho.

Essa fala foi de uma moradora de 57 anos, que reside no bairro há mais de cinco anos. É possível observar que a idéia de separação aparece nesses comentários de forma sutil, mostrando que existem diferenças visíveis entre os indivíduos que habitam o loteamento Alpha Village e aqueles que estavam situados no bairro da Parangaba. No primeiro comentário, a fala da entrevistada indica uma espécie de conduta transgressora, ou amoral, que é comum aos moradores do antigo bairro em que vivia, afirmando que o convívio com eles poderia acarretar algum problema. Já no segundo comentário, mesmo deixando transparecer certo incômodo por não ter um contato mais “intenso” com seus vizinhos, resta clara a idéia da distinção por capital social, que ela aponta como um divisor de águas entre os moradores do loteamento e aqueles que residem no bairro de Parangaba. Ao contrapor o ritmo de vida aparentemente caótico do bairro antigo, marcado por um movimento intenso na rua e muito barulho, ao clima tranqüilo, mas desolador encontrado no bairro atual, ela indica que a diferença acontece pelo nível de educação distinto dos moradores dos diferentes bairros. Aquele que possui uma vida mais reservada, sem se preocupar com a vida de seu vizinho, é situado numa posição de superioridade em relação aos demais.

Na maior parte das falas, quando os moradores se remetiam aos seus antigos bairros, os apresentavam como espaços da “desordem”, do “barulho”, locais habitados por pessoas “mal-educadas”, e que o bairro em questão atualmente havia lhes dado oportunidade do contato com aqueles que lhes são semelhantes. Em brilhante análise, José de Sousa Martins comenta a importância da fronteira como espaço de observação sociológica:

[...] Fronteira: espaço conflitivo. A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam do lado de cá, um cenário de intolerância, ambição e morte. Já os

que estão “do outro lado”, e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira, na verdade, pontos limites de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. (1997:11-12).

Sob essa perspectiva, podemos perceber que a fronteira, para esses moradores, está situada nas divisas que ligam o bairro a outros espaços, baliza essa demarcada por uma linha imaginária responsável pela distinção entre o antes e o depois, a barbárie e a civilização, o “nós” onipotente e o “eles” degradado. Para afirmar “minhas” qualidades, torna-se necessário negar as do outro, principalmente se esse outro estiver distante de mim sob vários aspectos. Não podemos deixar de remeter o surgimento dos guetos voluntários ao advento daquilo que Richard Sennett (1997 [1974]) designou como *sociedade intimista*, o surgimento de um estilo de vida “psicologizado”, centrado sobre a valorização crescente do indivíduo e de sua intimidade, vivida no âmbito do espaço privado.

2.3 Do individualismo moderno ao individualismo narcísico

Uma das grandes discussões travada atualmente pelas Ciências Sociais diz respeito ao surgimento de uma fase do individualismo moderno, marcado por forte privatização, erosão das identidades sociais, assim como por uma desestabilização acelerada das personalidades. Lipovetsky (1983) refere-se à instalação de uma nova significação de autonomia, em que o imaginário rigorista da liberdade desapareceu, dando lugar a novos valores, que visam a permitir o desenvolvimento da personalidade íntima. Nesse sentido, é possível pensar que a busca por uma vida “mais reservada”, comum às elites contemporâneas, não está ligada àquela noção de individualismo pautada em um ideal de classe; tem mais relação com um regime das emoções e das sensações pessoais do que com estratégias distintivas para a classificação social.

O *narcisismo*, da forma como está sendo tratado aqui, não diz respeito à idéia popular disseminada, que é a do amor desmedido de alguém por sua própria beleza, e, muito menos, se restringe à noção trabalhada no sentido clínico, quando o ego se torna objeto de libido, de interesse amoroso. O ideal narcísico é produto de uma sociedade que, segundo Richard Sennett (1997b [1974]), encoraja o crescimento de

seus componentes psíquicos e anula o senso de contato social significativo fora dos limites do eu único, em público. A erosão da esfera pública⁹ foi, segundo o autor, a principal causa da supervalorização crescente do indivíduo como de sua intimidade, vivida no âmbito privado. Esse investimento no capital emocional, comum às elites contemporâneas, liga-se ao surgimento de novas significações responsáveis pelas transformações no imaginário cultural que, por sua vez, situou a felicidade privada como maior objetivo a ser conquistado pelo homem moderno. O surgimento da sociedade do consumo trouxe consigo novos elementos que permitiram uma relação mais sensível e mais afetiva com os bens de luxo, que deixaram de ser símbolos honoríficos e passaram a ser mecanismos intensificadores de sensações prazerosas, uma “expressão do erotismo”, nas palavras de Werner Sombart¹⁰. Pensamos ser de fundamental importância nos debruçarmos sobre essa dimensão erótica do luxo, se quisermos sair de um arcabouço que o apresenta simplesmente como símbolo de estratificação social. Não se compram apenas comidas, roupas, sapatos, perfumes, carros, mas adquirem-se também estilos de vida, modos de ser, e, nesse mercado dos “prazeres imediatos”, um dos itens mais comercializados é a promessa de uma vida tranqüila, sem o peso das preocupações rotineiras, e que propicie, dentre outras coisas, um gozo interminável. O modelo de “moradia dos sonhos”, difundido entre as elites contemporâneas, é aquele que une, num só conceito, conforto, segurança e privacidade, um espaço propício ao desencontro, principalmente se o outro da interação trouxer marcado em seu corpo a “insígnia da estranheza”.

[...] As “comunidades cercadas” pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles compram no momento em que têm dinheiro ou crédito suficiente para manter distância da “confusa intimidade” da vida comum da cidade são comunidades só no nome. O que seus moradores estão dispostos a comprar ao preço de um braço ou uma perna é o direito de manter a distância e viver livre dos “intrusos”. (BAUMAN, 2003:52).

9 Para Sennett (1997), a noção de público é inicialmente utilizada em um sentido amplo, em termos do bem comum e do corpo político, público é aquilo que é aberto à observação geral, “gradualmente 'le public' foi se tornando também uma região espacial da sociabilidade” (p.31). Sennett discute as conseqüências do esvaziamento do espaço público que acontece nas metrópoles atualmente, e acredita que esse esvaziamento mostra cada vez mais uma valorização crescente do indivíduo e de sua intimidade, vivida no âmbito de seu espaço privado.

10 Citado por Gilles Lipovetsky (2005).

2.4 O isolamento como “ethos” contemporâneo

Juntamente com o desejo de se afastar de determinados indivíduos, que trazem gravada em seus corpos a insígnia da “estranheza”, aparece o desejo de se manter no anonimato, indiferente a tudo e a todos. Para os moradores do loteamento Alpha Village, a rua torna-se uma selva perigosa, cercada de “leões famintos”, que sempre estão à espreita, atentos ao menor descuido da vítima.

[...] Eu não tenho o hábito muito de sair, tá certo? Eu conheço poucas pessoas aqui. Pra falar a verdade, dessa rua eu só a conheço essa minha vizinha e a J. aqui da frente. Então nós ficamos aqui realmente muito isolados, trancados dentro da jaula, por motivos de segurança até, porque é muito difícil hoje você está numa calçada. Então por segurança, a gente se isola realmente. É difícil a convivência com o vizinho, não porque a gente...é mais por segurança. Aqui é uma rua muito deserta, não é rua de você estar numa calçada conversando. Você corre o risco de passar um ladrão e lhe roubar, aqui a gente se isola mesmo. (Moradora, 40 anos).

Em oposição à insegurança proporcionada pelo lócus público, que se encontra do outro lado do muro, surge o espaço do lar, como redentor de todos os males, lugar esse que garantirá o repouso diário daqueles que encaram o exercício “traumatizante” de se aventurar para além dos muros e grades. É impossível não fazermos menção às significações que compreendem cada um desses espaços. A rua representa a desordem por excelência, onde estamos desprotegidos e submetidos a diversas formas de iniquidades. É onde o “povo”, a imensa massa de desconhecidos, se faz presente cotidianamente. Já o lar traz consigo a idéia de “círculo aconchegante”, marcado pela hospitalidade e pelos vínculos afetivos. É também o espaço do respeito, da moralidade, da harmonia grupal, celebrada sob as bênçãos da sagrada família. Mesmo se tratando de um principio da divisão da realidade, e, como tal, marcado por significações que os põem em pólos opostos, o lar e a rua se complementam, tornando-se impossível pensar um pólo descolado do outro. Em tempos marcados por uma acentuada *ágorafobia*, o espaço do lar é reivindicado de forma totalitária, dando vazão a um novo “ethos”, que se define pelo isolamento.

Em recente artigo, intitulado *Da solidão imposta a uma solidão solidária*, Eugene Enriquez (2006) constata que o homem moderno está cada vez mais isolado, indicando que essa situação pode apresentar diferentes leituras: uma delas

privilegia o crescimento da racionalidade instrumental que atinge as instituições e valores do homem contemporâneo, numa espécie de “perversão social”. Em caminho oposto, indica que esse isolamento pode também possuir dimensão “positiva”, ou, como o autor assinala, uma visão mais “agradável e nobre” do homem só. A solidão propiciada pelo isolamento é percebida nesse sentido como um momento de questionamento acerca da posição que o indivíduo ocupa no corpo social, uma espécie de “fermento do pensamento” que favorece nossos instantes de reflexão. Essa volta sobre si mesmo é vista pelo autor como uma possibilidade de autonomia pessoal¹¹ (no sentido de Castoriadis). É bastante pertinente a leitura de Enriquez no que diz respeito a uma apresentação de pontos de vistas distintos, fazendo com que tenhamos acesso a diferentes leituras da problemática focalizada.

Não podemos indicar com precisão se a solidão vivenciada pelos moradores do loteamento Alpha Village é do tipo “imposta” ou “solidária”. Além da dificuldade perpetrada pela ausência de uma ferramenta metodológica que nos possibilitasse uma leitura mais detalhada da subjetividade dos indivíduos, tivemos outra, que consistiu em extrair, dos discursos dos moradores, elementos que nos fizessem optar por algum dos tipos de solidão. Sem querer descartar a segunda possibilidade do autor, na qual a solidão propiciada pelo isolamento devolve a cada um sua interioridade, e por sua vez, favorece o desenvolvimento de ações coletivas, pensamos que, para a discussão aqui proposta - levando em consideração a tendência ao “enclausuramento” das classes médias cearenses – seja mais interessante a noção de *solidão imposta*, imposição essa proporcionada por diferentes transformações institucionais que reconfiguraram a formação dos vínculos na contemporaneidade.

É possível pensar a estratégia do autofechamento sobre si como a alternativa encontrada pelo homem contemporâneo para suportar o peso da civilização. Numa atmosfera impregnada de medo e desconfiança, o desejo de se manter indiferente a tudo e a todos surge como uma solução redentora, que garante momentos de tranquilidade em meio ao caos que caracteriza nossa época. Vários estudiosos das Ciências Humanas dedicam-se à compreensão desse fenômeno, porém, a maior parte deles leva em consideração apenas o “culto à indiferença”, que se tornou um

11 A proposta de autonomia trabalhada por Castoriadis não implica a substituição definitiva das pulsões advindas do Id por um Eu consciente, onde a pessoa se torna ego e tem um discurso exclusivamente seu, mas de uma relação-outra entre consciente e inconsciente, entre lucidez e função imaginária, em outra atitude do sujeito em relação a si-mesmo.

must entre as camadas mais opulentas da sociedade brasileira, e se esquecem de que existe outra dimensão do isolamento para além dessa condição. Não podemos fechar os olhos diante da constatação de que a segregação espacial e a “evitação” do outro tem relação direta com a busca de um estilo de vida mais intimista, porém, não podemos culpabilizar os segmentos mais abastados pelo aumento desenfreado da exclusão e da indiferença, como se não existissem outros fatores para além da vontade desses indivíduos de se manterem no anonimato. Podemos dizer que a busca por uma vida mais reservada comporta uma série de elementos, que vai desde o temor provocado pelo aumento dos índices de violência urbana no País, passando pela descrença na construção de laços sociais afetivos duradouros. Em instigante reflexão sobre a solidão na contemporaneidade, Soares Neto (1999) descreve os três tipos de solidão mais recorrentes em nossos dias:

1 - solidão da indiferença: associada ao sentimento de ser objeto de desprezo ou da violência do outro, produzido pelas discriminações e exclusões cotidianas;

2 - solidão da desilusão: ligada à inexistência ou a escassez de projetos comuns, à falta de convívio cooperativo autêntico e ao sentimento de futilidade e efêmeridade de quase tudo que se vive; e

3 - solidão de impotência: vinculada à descrença e à desconfiança na capacidade de criar e manter laços de amizade ou amor que sejam significativos, leais e duradouros.

Essas três categorias, segundo o autor, caracterizariam uma espécie de solidão negativa, elaborada a partir de uma profunda insuficiência do EU, é vivenciada pelas experiências desestabilizadoras, como: ruína afetiva na família, no casamento e nas amizades, pela observação do crescimento dos indicadores de criminalidade e injustiça social etc. Assim, vemos que o isolamento surge como uma espécie de medicamento contra a forte sensação de desamparo diante do imprevisível, reforçado, principalmente, por uma percepção cada vez mais desoladora do mundo. As certezas que outrora enchiam de esperança nosso cotidiano, aos poucos, foram destruídas, fazendo com que criássemos uma noção de realidade sem referências valorativas, anômica, como sugere Durkheim. Essa

ausência de referências que serviam de suporte à nossa subjetividade provoca um sentimento de perda inigualável, que Freud descreveu como “o doloroso fastio do mundo”, sentimento esse ao qual todos somos acometidos quando nos deparamos com a finitude das coisas. O isolamento, porém, não pode ser encarado apenas como produto de um EU fragilizado, pois ele possui outra dimensão, que tem relação direta com a capacidade inventiva dos agentes. Aqui convidamos Gilles Deleuze e Félix Guattari para reforçar esse nosso posicionamento. Podemos relacionar o isolamento provocado pela solidão contemporânea com a possibilidade de subversão das estruturas que se sobrepõem aos sujeitos. Essa fuga, ou *desterritorialização* (1976), é condição determinante nesse processo de auto-conhecimento. Mediante a noção de desterritorialização, os filósofos franceses buscavam explicar o processo de fuga das estruturas sociais coercitivas encabeçadas pelos agentes, estruturas essas responsáveis pela codificação dos fluxos que nos perpassam como seres desejantes.

Não se trata de afirmar categoricamente que os indivíduos estão perdendo a vontade de “estar juntos”, o que seria negar aquilo que torna possível a sociedade, as ações e reações dos indivíduos por meio de interações. A idéia aqui apresentada diz respeito a uma tendência que se vem se destacando entre as elites contemporâneas, tendência essa concebida pela negação do espaço público. É importante salientar que o isolamento da forma aqui utilizado, compreende especificamente o “desejo de se manter distante” como estilo de vida próprio dos indivíduos pertencentes às camadas economicamente mais favorecidas, pois o nosso estudo se dedica a compreender particularidades desses segmentos. Nesse sentido, o isolamento é aqui apresentado como uma escolha daqueles que possuem condições financeiras para vivenciá-lo. Não queremos com essa indicação afirmar que o isolamento inexistente nas camadas pauperizadas, porém entendemos que existem diferenças significativas entre as formas de experimentar essa sensação. A sensação de isolamento vivenciada pelos habitantes dos “guetos voluntários” e os habitantes dos “guetos reais” são bastante diferentes, pois, se os primeiros podem escolher ou não se manterem isolados, os outros não têm muitas opções. É claro que, do ponto de vista psíquico, no que diz respeito à privação, a sensação é a mesma. A diferença está apenas nos fatores que condicionam esse isolamento.

3. A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO

Um bairro não é simplesmente um território demarcado por fronteiras geográficas, habitado por um relevante número de indivíduos que constituem uma população; trata-se de uma espacialidade culturalmente produzida, um artefato cognitivo, moral e estético. Na esteira da reflexão de Michel de Certeau (1996), entendemos que “o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente ele se sente reconhecido”. O autor indica que, sob o prisma lógico, há dois grandes eixos que se abrem aos estudos que compreendem o referido espaço: *a sociologia urbana do bairro e a análise sócio-etnográfica da vida cotidiana*. Enquanto o primeiro privilegia dados quantitativos, relativos ao espaço e à arquitetura, o segundo se debruça sobre as práticas culturais daqueles que compõem o espaço do bairro. Assim como o Historiador francês, acreditamos que a melhor maneira de produzir uma análise consistente sobre essa espacialidade *sui generis* é por intermédio da união dessas duas vertentes, fazendo com que tenhamos uma visão mais ampla do fenômeno. Para Michel de Certeau, a organização da vida cotidiana também compreende dois registros em específico: um que se mostra pelos comportamentos, ou seja, por meio do sistema de códigos objetivados em condutas partilhadas pelos indivíduos que dividem o mesmo espaço social (vestuário, códigos de cortesia, o ritmo de andas, etc.) e outro que se apresenta nos benefícios simbólicos que o indivíduo espera obter pela maneira de se portar no espaço do bairro. O que está em jogo no segundo registro, mais do que a descrição daquilo observável a olho nu, é a interpretação daquilo que se esconde nos pormenores do cotidiano e se revela, de maneira fragmentada, na forma como os usuários se apoderam do espaço público. Para Georg Simmel, o espaço geográfico ou geométrico não tem muita importância, mas sim, as “forças psicológicas”, os “fatores espirituais”, que unem, distanciam e separam as pessoas e os grupos. O espaço físico é uma abstração que não podemos experimentar diretamente, a não ser com a utilização de determinadas categorias elaboradas intelectualmente para “cartografar” de forma qualitativa as diversas relações com os outros indivíduos. Pensamos que espaço social e espaço físico são duas instâncias complementares. Quando nos remetemos ao espaço social, usamos as mesmas

expressões empregadas para medir a distância e a proximidade “físicas”, mas, por outro lado, é impossível construirmos a noção de espaço físico senão por meio de uma abstração intelectual da experiência diária.

Se quisermos adentrar a discussão acerca da produção simbólica do espaço em foco, devemos fazer uma descrição minuciosa do nosso campo, para que assim possamos apresentar de maneira detalhada os motivos que nos levaram a fazer opção pelo loteamento Alpha Village, pois, assim como Pierre Bourdieu (1996), entendemos que a melhor maneira de capturar a lógica mais profunda de uma realidade social é estando submerso na realidade de uma particularidade empírica. Sabemos que “estar em campo” não é simplesmente observar os fenômenos e a partir dele elaborarmos modelos explicativos pautados em regularidades mensuráveis, da mesma maneira que um químico obtém determinado resultado com a mistura de algumas substâncias, porém, não podemos desmerecer a importância do material fornecido por profissionais de outras áreas. O trabalho empreendido por estatísticos, geógrafos, arquitetos e economistas configura-se como uma importante ferramenta de leitura da realidade, e deve ser percebido pelo cientista social como contribuição de grande relevância na difícil tarefa perpetrada pelo trabalho de campo.

O loteamento Alpha Village é um empreendimento urbano recente, que data o início dos anos 1990. Antes de se tornar uma das áreas mais valorizadas economicamente da cidade de Fortaleza, com intensa procura pelos setores mais abastados, o referido espaço foi objeto de grandes mudanças. O loteamento era parte de uma grande propriedade conhecida popularmente como “Sítio Tunga”, uma extensa área verde, com diversas espécies de plantas e animais. Não é à toa que, na fala de alguns moradores, um dos principais motivos que os impulsionaram a escolher essa área foi o “clima paradisíaco” ali encontrado, um espaço cercado de verde, tranquilidade, onde é possível respirar ar puro, diferente do “caos” inerente aos grandes centros urbanos. É importante destacar o fato de que a supervalorização dessa área veio *a posteriori*, com a especulação imobiliária, que se aproveitou do crescimento da Cidade rumo ao sol nascente (**Ver: figura 1 em anexos**).

Muitos moradores acentuam, que seus lotes¹² foram comprados por uma quantia irrisória em relação ao seu valor atual, e se orgulham de haver feito ótimo investimento. Eles exprimem que as primeiras pessoas que adquiriram os lotes não fizeram por interesses lucrativos, mas sim pela busca de maior conforto, que se resumia em duas expressões: segurança e qualidade de vida. Nos anúncios divulgados pelas empresas de *marketing* imobiliário, vemos a predominância de dois discursos que possuem forte influência na escolha dos moradores por esse espaço: o primeiro se apóia no crescimento da Cidade em direção ao leste, indicando uma espécie de tendência hegemônica a ser copiada por todos aqueles que possuem condições financeiras adequadas para tal investimento. São áreas projetadas especialmente para os setores economicamente favorecidos, principalmente se levarmos em consideração os serviços que eles anunciam como “benfeitorias” a serem desfrutadas por aqueles que optam por esse estilo de vida.

[...] Localização excepcional, numa região de crescimento acelerado. Área com estrutura de serviços completa a poucos minutos dos bairros nobres da cidade. Supermercados, Shoppings, Bancos, Universidades, Colégios, tudo está aqui perto.

É importante destacar o fato de que as escolas e universidades a que eles se referem nas propagandas são estabelecimentos privados. A proximidade salientada só faz sentido para aqueles que possuem um automóvel em sua residência, uma vez que para se chegar ao ponto de ônibus mais próximo é preciso atravessar todo o bairro, o que, para os moradores, é uma idéia praticamente descartada, levando em consideração a distância percorrida e o medo de assaltos na região. Os estabelecimentos indicados atendem as necessidades apenas daqueles que têm acesso garantido à sociedade do consumo.

Já o segundo discurso se volta para a possibilidade de poder aproveitar todos esses serviços em um ambiente com aspecto bucólico, que lembra uma grande fazenda. É a promessa de uma vida saudável, livre de atribulações cotidianas (**Ver: Figura 2 em anexos**).

12 Atualmente, adquirir um lote do projeto urbanístico Alpha Village é um privilégio para poucos, visto que um metro quadrado (1m²), custa aproximadamente R\$ 1.000,00 (hum mil reais), um dos mais caros da Cidade. A tendência é de que o preço aumente gradativamente, pois, como já dito, a Capital cearense está em crescente expansão rumo ao leste. Segundo os “marketeiros imobiliários”, investir nesses lotes é investir principalmente em segurança e qualidade de vida.

[...] Lotes a partir de 452 metros quadrados de área, com muito verde de todos os lados, abrem espaço para tudo que sua imaginação desejar. Áreas reservadas para preservação ambiental permanecem como garantia do respeito a natureza.

As significações que outrora definiram o ideal de liberdade foram substituídas por outras que tem relação direta com a sociedade do consumo. O indivíduo é hoje, mais do que nunca, o principal responsável pela manutenção de sua felicidade, ficando ao seu cargo a opção por uma vida mais prazerosa. Não existe nada, nem ninguém, que o possa impedir de ser feliz, gritam aos quatro cantos os “ideólogos do consumo”, bastando que para isso você saiba investir o seu dinheiro.

Além dessas duas características apontadas como os principais fatores que influenciam na escolha dos moradores pelo loteamento, existe outra de importância semelhante, e que aparece nas falas dos informantes de maneira sutil. O sentimento de bem-estar proporcionado pela vivência no bairro passa pela possibilidade da construção de uma “comunidade dos iguais”. Alguns entrevistados acreditam que essa homogeneidade é resultado da condição financeira relativamente semelhante entre eles (**Ver: Figura 3 em anexos**). Dessa forma, criam uma ilusão de que partilham das mesmas práticas e dos mesmos pensamentos no que diz respeito à produção de um estilo de vida tido como ideal.

O poder aquisitivo, nesse sentido, funciona como uma espécie de “nivelador de caráter”, produzindo uma representação apriorística sobre os moradores. Parte-se do pressuposto de que os indivíduos que possuem capital econômico, têm, em proporção semelhante, capital cultural e capital social. É dessa maneira que constroem um referencial identitário, apoiados em signos distintivos de classe. Apesar de reivindicarem para o grupo uma certa homogeneidade formulada por meio de práticas que lhes garantiam o status de classe distinta, não podemos deixar de apresentar um dado importante presenciado por nossas idas e vindas ao campo. Ao mesmo tempo que se colocavam como “distintos”, possuidores de acentuado “nível social”, reproduziam práticas semelhantes àquelas encontradas com maior incidência nas camadas populares, e, paradoxalmente, é justamente dessas práticas que eles querem se afastar. É comum nos finais de semana, alguns moradores organizarem “churrascadas” para receber os amigos e familiares em suas residências. Outras formas de diversão buscada pelos moradores são os passeios no shopping, e também a ida aos rodízios de carnes e massas. Mesmo sabendo que

se trata de espaços destinados ao consumo, e de que é preciso possuir meios financeiros adequados para poder usufruir os respectivos bens disponíveis nesses espaços, não podemos deixar de perceber que essas práticas tem forte recorrência entre as populações de baixa renda. Não estamos com essa indicação querendo formular uma hierarquia entre as práticas sociais, na qual aquelas pertencentes às camadas economicamente favorecidas mantêm uma possível superioridade em relação as demais. Nosso maior interesse é mostrar, à luz de Pierre Bourdieu, que as práticas sociais distintas e distintivas são produzidas pelos diferentes *habitus* dos indivíduos. Dessa maneira, é possível pensar, que a ambigüidade, no que diz respeito às condutas apresentadas por alguns moradores, são reflexo de suas trajetórias de vidas, herança escrita no corpo, da qual não podem se desvencilhar totalmente. Consideramos importante esclarecer que essa reflexão necessita de um estudo mais apurado sobre as diferentes biografias de nossos informantes, contudo, entendemos que ela apresenta uma pista importante para pensarmos a construção das práticas sociais próprias do espaço em questão. Outro elemento que não podemos descartar é a questão do imaginário, ou melhor a elaboração das significações que definem o ser classe distinta de nossa época. Ficamos sabendo, por Castoriadis que cada sociedade institui suas significações e que estas não são apenas forças externas que agem sobre os indivíduos - assim como as representações coletivas durkheimianas - são produções que passam também pelo fluxo desejante inerente a cada um de nós.

Na esteira do Filósofo grego, entendemos que não podemos homogeneizar, sobre única perspectiva, aquilo que define as formas de percepção das camadas economicamente favorecidas, ou seja, se nossa sociedade foi marcada por transformações decisivas, e se isso acarretou o surgimento de significações outras; devemos compreendê-la a partir dessas significações. As formas da distinção também variam entre as sociedades, principalmente se levarmos em consideração as mudanças em relação aos valores que orientavam nossas condutas. “Ser distinto” em nossa sociedade está relacionado mais com a obtenção de uma grande quantidade de bens de consumo, do que com um conjunto de práticas fornecido pela obtenção de capital cultural (conhecimento sobre arte, conhecimento literário etc.). Os signos da distinção social, com maior incidência em nossa sociedade, são aqueles trazidos pelo cultura do espetáculo e do entretenimento, na qual o reconhecimento do indivíduo passa quase sempre pela quantidade de bens

acumulados por ele.

É importante salientar que o fenômeno dos bairros vigiados na cidade de Fortaleza é algo bastante recente, o que implica dizer que a ambigüidade nos discursos é bem mais incisiva, visto que se trata de uma experiência nova, e, como tal, carregada de incertezas. Não podemos falar de uma cultura de *enclaves fortificados* - para usar uma expressão de Teresa Caldeira (2000) - na cidade de Fortaleza, semelhante àquela de São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires ou Nova Iorque. É comum ouvirmos falas com um certo tom de insatisfação no que diz respeito ao isolamento dos moradores. Ao mesmo tempo que celebram a possibilidade de morar em um bairro cujas principais características são a tranqüilidade e a segurança, sentem falta de um contato mais intenso entre eles; querem estar longe e perto ao mesmo tempo. Com essa indicação, é possível desconstruir a idéia preconcebida de que os indivíduos perderam o interesse de estar juntos em razão das recentes transformações na subjetividade. Há, contudo, certos limites que devem ser respeitados, e esses estão situados nas divisas que ligam o bairro a outros espaços. Mesmo com uma propagandeada localização privilegiada, o medo de intrusos é sempre uma máxima presente nos discursos.

Apesar da proximidade de conhecidos bairros nobres da cidade (Edson Queiroz, Parque Manibura, Cidade dos Funcionários, Jardim das Oliveiras, Salinas – **Ver: Figura 4 em anexos**), o bairro possui em seus arredores algumas favelas, entre as quais destacamos Tancredo Neves e Alvorada, por serem as mais conhecidas. De acordo com a indicação dos moradores do Loteamento Alpha Village, os assaltos são cometidos quase sempre pelos indivíduos que residem nas respectivas favelas, que, no imaginário da sociedade brasileira, são reconhecidas como “espaços do crime” por excelência. A maioria das casas do loteamento possui modernos equipamentos de segurança, que incluem câmeras, alarmes, cercas elétricas, além de contar com os serviços de uma empresa de segurança privada.

No que diz respeito à infra-estrutura do local, o loteamento segue o padrão da maioria dos bairros vigiados do País: as ruas não são asfaltadas e não há equipamentos públicos de lazer, como pracinhas ou parques. Esse é um dado bastante importante para refletirmos, pois, se estamos nos referindo a um espaço habitado por pessoas com acentuado poder aquisitivo, como explicar a falta de estrutura do espaço público? Uma indicação é o fato de que a vida dos moradores se liga de forma intensa ao espaço do lar, e, dessa forma, aquilo que estivesse para

além dos muros não teria importância significativa para eles. A negação do espaço público nos fornece uma pista importante para pensar essa indiferença com relação a vida extra-muro.



Outra indicação é uma espécie de tentativa de tornar o espaço público “desinteressante”, evitando assim que moradores de bairros próximos viessem usufruir das benfeitorias, aumentando o fluxo de transeuntes, fazendo com que o espaço perdesse o seu diferencial. Os moradores tentam a todo custo se ver livres daqueles que possam vir a perturbar a suposta harmonia existente no espaço. Uma prova são os campos de futebol que existem nas proximidades, que, de acordo com aqueles que residem na área, foram projetados por “invasores”. O informativo da Associação dos moradores do loteamento Alpha Village, publicado em julho de 2003, trouxe a seguinte nota:

[...] Até abril, havia uma família com três crianças em um barraco de lona na área verde L2. Tentativas de invasão e de implantar novos campos de futebol nas áreas verdes, têm sido constantes.

Corroborando a nota do informativo, um morador nos indicou que o surgimento da Associação teve relação direta com as constantes “invasões” que estavam ocorrendo no bairro. De acordo com as suas palavras, precisavam fazer algo para “controlar o pessoal que vinha de fora”.

[...] A associação passou a existir quando tentaram é ... tentaram invadir essa praça aí em frente da minha casa. Aí eu fui o primeiro a tomar as providências, fui falar com o pessoal que não podiam invadir pra fazer um campo de futebol, disse que era uma invasão, que a área aqui é nossa, dos moradores daqui do bairro, e que não podiam. Aí chamei a policia e chamei alguns moradores,nós tomamos uma providência. Criamos uma associação para controlar esse pessoal que vinha de fora. Eles terminaram invadindo vários espaços por aqui, tem vários campos de futebol aí que eles tomam de conta. (Construtor, 50 anos – grifamos)

Não podemos indicar um motivo em específico que leva esses indivíduos a se tornarem indiferentes ao espaço público onde residem, porém consideramos a possibilidade de apontar alguns elementos imbricados em suas falas e que nos autorizam, por sua vez, a construir possíveis interpretações sobre essa prática consolidada como regra social própria do espaço em discussão..



O espaço social do bairro é perpassado por normas específicas, às quais

indivíduos precisam se adequar, se quiserem ter o reconhecimento dos demais moradores. Segundo Michel de Certeau (1996), “a prática do bairro implica aderir a um sistema de valores e comportamentos que força cada um a se conservar por trás de uma máscara para sair-se bem no seu papel”. Dessa forma, quando salientamos que os moradores se organizam por meio de uma associação para impedir que possíveis “intrusos” venham pôr em risco o suposto clima harmonioso existente no espaço, não tentamos sustentar que esses indivíduos agem dessa forma porque são pessoas “mesquinhas”, que não querem dividir o território onde vivem. Fazem-no por uma questão de conveniência, ou seja, porque necessitam banir do espaço sinais que não fazem (não podem fazer) parte da atmosfera local, pois estas podem vir a macular a reputação do bairro e, conseqüentemente, a deles. A distinção é um elemento de grande relevância para a compreensão dessa prática, que tem forte aceitação pelos moradores do loteamento Alpha Village, pois ela constitui sinal de reconhecimento determinante pelos moradores. As regras do espaço não podem ser transgredidas, a não ser sob o risco de punição.

[...] A conveniência se impõe em primeiro à análise pelo seu papel negativo. Ela se encontra no lugar da lei, aquela que torna heterogêneo o campo social proibindo que aí se distribua em qualquer ordem e a qualquer momento não importa que comportamento social. Ela reprime “o que não convêm”, “o que não se faz”; ela mantém a distância, filtrando-os ou banindo-os, os sinais de comportamentos ilegíveis no bairro, intoleráveis para ele, destruidores por exemplo da reputação pessoal do usuário. (DE CERTEAU, 1996:49).

Na qualidade de pesquisador das Ciências Sociais, o espaço que nos interessa como objeto de análise é aquele produzido socialmente, que delimita a proximidade e o distanciamento de determinados grupos, que passam a ser alvos de variados sentimentos - amor/ódio, confiança/desconfiança etc. Podemos dizer que o espaço é demarcado quando alguém estabelece fronteiras, separando um pedaço de chão do outro, mas o que podemos considerar sociologicamente relevante repousa na idéia de sabermos como foi feita essa separação. É nesse sentido que podemos pensá-lo como uma “invenção social”. Ensina Roberto da Matta (1997) que, não existe uma medida orgânica, natural ou fisiológica de uma categoria de pensamento e ação tão complexa quanto o espaço. Apesar de complementares e desenvolverem noções de proximidade e distância, fechamento e abertura, os

espaços *cognitivo, moral e estético* distinguem-se em relação aos mecanismos que os produzem. O espaço cognitivo é formado intelectualmente pela aquisição e distribuição do conhecimento. A partir da posição que ocupo no espaço, situo em outro plano “os outros”, definidos por meio de uma categoria de entendimento (ou de um mau entendimento). Assim, estabelecemos uma posição no mundo a partir do conhecimento que temos sobre os “outros”. O território de pertença se constitui como espaço fundador; a sociedade seria impossível se não existissem o grupo primário e seu território.

[...] Toda espacialidade exprime a pertença a um nós, que se constrói e se manifesta em recortes territoriais. O espaço de pertença resulta do conjunto de recortes “que especificam a posição de um ator social e a inserção de seu grupo de pertença num lugar”, o espaço de referências define o sistema de valores espaciais em que se inserem esses recortes e organiza a relação do aqui com o alhures. (BOUDIN, 2001:33).

Diferente do espaçamento cognitivo, a distância moral não se apóia em nenhum conhecimento prévio, é definida por meio de uma “fronteira valorativa”, onde o outro é percebido por via das diferentes visões de mundo próprias de cada indivíduo. A linha divisória é aquela que separa a natureza da cultura. Entre o “nós” civilizado e o “outro” degradado pela barbárie, o estranho passa de objeto do conhecimento a objeto de aversão, de temor. Ao estudar as relações de poder no pequeno vilarejo de Winston Parva, Norbert Elias (2000) nos mostrou que a distinção entre os *estabelecidos* (nativos, moradores antigos) e os *outsiders* (recém-chegados) era consolidada por um conjunto de valores próprios do primeiro grupo, responsável pela definição de um “nós” idealizado. Mediante auto-valorização, pautada por um forte “carisma grupal”, imputavam àqueles que não partilhavam de um suposto senso de comunidade – e que era comum aos estabelecidos - determinadas características depreciativas que os situava numa posição de inferioridade “inata”. Podemos perceber, através das lentes do Sociólogo alemão, um exemplo daquilo que pode ser definido como espaçamento moral, em que o outro é definido por uma marca de nascença virtual, nas palavras do autor, um *estigma*, espécie de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido.

Trazendo um exemplo da pesquisa, é possível pensarmos numa relação entre os “estabelecidos” de Elias e os moradores do loteamento Alpha Village. A idéia de

“nós” - “pessoas de nível”, como eles costumam falar - e “eles” – “pessoas sem educação”, “amorais” - é uma máxima partilhada entre os habitantes da Ilha dos indivíduos. Destacamos uma conversa informal que tivemos com um dos moradores:

[...] Enquanto caminhava pela pracinha “sem bancos”, ele me apontava as qualidades do bairro, dizendo o quão eram felizes por morarem em um espaço onde poderiam respirar ar puro, e ter um contato mais intenso com a natureza, falou também que se tratava de um bairro tranquilo, e não queria que viessem pessoas “de fora”, e que comprometessem a atmosfera do local. Porém, o que mais me chamou atenção foi o entusiasmo com o qual se referiu ao carro da segurança privada que estava parado diante da pracinha enquanto alguns moradores faziam a caminhada do fim de tarde, ele apontou para o carro e falou: Vê como somos privilegiados! (Diário de campo – 19/01/2006).

O “outro” apresentado pelos moradores é também todo aquele que apresenta uma suposta ameaça à integridade moral partilhada por eles, aquele que corrompe a “harmonia familiar” existente no bairro. A pracinha sem bancos, nesse sentido, configura-se como estratégia de “evitação” do outro, corroborada por todos por um pacto silencioso, como uma solução para impedir que moradores de outros bairros, ou mesmo seus empregados, façam uso daquilo que não lhes pertence. Em outra conversa informal obtida, ouvimos de um morador a seguinte resposta, quando o indagamos sobre o porquê da praça sem bancos: *“Não daria certo, pois os empregados vão todos ficar “fodendo” nos bancos (...)*. Nosso espanto não decorreu da expressão chula utilizada pelo morador, mas sim pela maneira como se referia aos indivíduos que cuidavam de suas casas, seja cozinhando, tirando a poeira de seus móveis ou cuidando das flores de seus jardins. Os empregados, por serem oriundos dos “espaços da desordem”, pelo fato de representarem um outro degradado, possuem, sob a visão desse morador, condutas amorais, pautadas numa espécie de animalidade inerente. O “fodendo”, que apareceu de forma tão incisiva na fala desse morador, apresenta uma idéia de sexualidade descompromissada, instintiva, e que compreende, por sua vez, o repertório de expressões depreciativas utilizadas em relação aos pobres. Observando sob essa óptica, podemos perceber que a fronteira, para esse morador em específico, está situada nas divisas que ligam o bairro a outros espaços, balizamento esse demarcado por uma linha imaginária responsável pela distinção entre o antes e o

depois, a barbárie e a civilização, o “nós” onipotente e o “eles” degradado. Para afirmar “minhas” qualidades, torna-se necessário negar às do outro, principalmente se esse outro estiver distante “de mim” sob vários aspectos.

Quanto ao espaçamento estético, ele produziria naqueles que o habitam experiências das mais diversas, capazes de suscitar prazer e diversão. Podemos assistir, hoje, a uma mudança radical na relação dos indivíduos com esse espaço em específico, principalmente com o advento daquilo que Sennett (1997) chama de sociedades inimistas, que reconfiguraram, ao seu turno, as formas de percepção sobre o público. O prazer de caminhar entre a multidão, de apreender a linguagem dos signos produzida pelo caleidoscópio urbano, deu vazão a um gozo privado. O espaço estético é agora vivenciado como experiência solitária. Os estranhos, portadores de modos singulares e imprevisíveis, que despertavam nos transeuntes as mais diversas reações, entre as quais curiosidade e admiração, são percebidos agora, mais do que nunca, como aqueles que devem ser evitados a qualquer custo. O viajante da metrópole, representado pelo *flâneur* de Baudelaire e seu intérprete Walter Benjamin, perdeu o interesse de caminhar pelas ruas na busca de entretenimento e de experiência da diferença como objeto de curiosidade. A cidade, nesse sentido, ganha uma conotação ambivalente, pois, ao mesmo tempo em que é temida, por significar um espaço onde é possível viver experiências inusitadas pelo do contato direto com os estranhos, - arquétipos da insegurança contemporânea - ela exerce um encantamento sobre aqueles que buscam a fuga de rotinas próprias da vida no campo e das pequenas cidades.

Após a explanação sobre a constituição do espaço social, discutiremos a produção de significações referentes a um tipo específico de moradia, caracterizado pelo distanciamento físico e também moral em relação àqueles considerados “indesejáveis”, e que é comum aos habitantes da Ilha dos indivíduos.

3.1 O que “morar” quer dizer?

“Morar”, ao contrário do que muitos poderiam pensar, não é apenas habitar o espaço de uma casa. Assim como as demais ações humanas, o ato de morar possui significações específicas, que podem variar de acordo com o investimento feito

pelos agentes¹³, mediante os diferentes tipos de capitais (econômico, cultural, emocional). A busca por um modelo de moradia que privilegia o contato com os “iguais” e, diametralmente, o afastamento em relação àqueles tidos como exacerbadores da incerteza (os estranhos), são próprios do *habitus* de indivíduos que habitam as chamadas “espacialidades do medo” – áreas com aspectos desérticos, comandadas por uma vigilância intensa – e, como tal, apreendida historicamente dentro de condições sociais específicas e que, por sua vez, moldam-lhes o corpo, inscrevendo-lhes valores, significados e regras de conduta. Pierre Bourdieu, em famoso artigo escrito 1976, intitulado *Gôuts de classe et styles de vie*, e que mais tarde foi traduzido em português sob o título de *Gostos de classe e estilos de vida*, indica que “as diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência”. (Pg.82). Nesse sentido, é possível observar que nossa escolha por determinadas formas de viver, que inclui em seu repertório formas de morar, de vestir, de falar, depende do “gosto”, aptidão essa desenvolvida no seio de cada classe¹⁴. De acordo com o Sociólogo francês, o que comanda nossas práticas não é simplesmente um alto ou um baixo salário, mas um “gosto modesto” ou um “gosto de luxo”. É dessa maneira que uma classe social se torna estrato com *habitus* semelhantes.

O *habitus* é definido por uma posição ocupada no espaço social (superior/inferior), assim como por uma trajetória (linear/ascendente) construída por uma mesma visão do mundo econômico e social. Essa condição faz com que os indivíduos definam sua posição em uma determinada classe. Para compreendermos o surgimento desses bairros vigiados, não podemos ficar simplesmente presos às estatísticas, que apontam o aumento do índice de assaltos e assassinatos dos últimos anos na Capital cearense; faz-se necessário alargar a discussão se não quisermos cair no reducionismo de uma análise de viés unilateral. Diante disso, buscamos elementos naquilo que consideramos como conteúdo lúdico existente em todos os seres humanos, ou seja, nossa capacidade incessante de imaginar, e que

13 Nesse tópico optamos pela utilização da categoria agente, pois estaremos dialogando com Pierre Bourdieu, fazendo uso de seu arcabouço conceitual.

14 Noção de classe pensada como situação ocupada por um agente e não como condição histórica. “A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média”, ou “inferior”) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória que um corte sincrônico aprende, contém sempre o sentido do trajeto social”. (BOURDIEU, 2005:7).

está em outra dimensão, apartada do campo das necessidades. Contrariando aqueles que vêem esse tipo de análise como resultado de “psicologismo”, consideramos importante indicar que essa disposição que chamamos de conteúdo lúdico não é simplesmente produto de um feixe de pulsões desgovernadas, oriundas das profundezas do nosso inconsciente, mas sim resultado de objetividade interiorizada, conteúdos históricos apreendidos e retrabalhados pelos agentes.

Cada época possui significações próprias. Se, para a classe-média fortalezense, há algumas décadas, morar no centro da Cidade, próximo de estabelecimentos comerciais, era considerado signo de distinção social, hoje já não é mais, pois estamos diante de outro momento histórico e, como não poderia ser diferente, diante de outras significações. Assistimos ao surgimento de uma nova moral, que contraria a proposição freudiana de que “não se pode colocar o gozo antes da cautela”, já não nos importamos se o canal que encontramos para sublimar nossos desejos é socialmente viável. A segregação espacial (voluntária), o controle minucioso de indivíduos por intermédio de equipamentos eletrônicos e o auto-enclausuramento são as novas significações que definem o “ser classe média” dos nossos tempos.

O controle de cidadãos por microcâmeras espalhadas em pontos estratégicos já não é apenas enredo em filmes de ficção científica, pois tornou-se um *must* entre as chamadas classes média/alta, artigo de decoração de casarões luxuosos que garante bem mais do que a tranqüilidade e o sossego, proporciona *status*, sinal claro de distinção, uma maneira de os indivíduos que habitam esses espaços se afirmarem publicamente. Relacionar a questão da segurança exclusivamente ao crime é ignorar todos os seus outros significados. A obtenção desses novos signos de prestígio social trazem, além da “satisfação” da pertença a uma “casta superior”, o aparente sossego de uma vida sem maiores surpresas. Lipovetsky (2005) comenta que na contemporaneidade estamos vivenciando uma relação-outra com os signos suntuosos. Em sua análise, numa espécie de “arqueologia do luxo”, a autor indica que assistimos à passagem de um luxo agressivo, que sempre esteve caracterizado pela competição e o desafio, para um luxo defensivo, pautado pela discrição. Essa nova conduta começou a se desenhar em meados do século XIX, mediante o surgimento de um luxo mais “democrático”, estruturado por uma dinâmica mais afetiva e subjetiva. O consumo de bens luxuosos passou a ter uma conotação mais intimista, investimento em felicidade, beleza, prazer, bem-estar etc. Quando

Lipovetsky utiliza a expressão “democrático” para se referir ao luxo, ele não está querendo afirmar que “pobres” e “ricos” passaram a ter acesso em proporção semelhante aos bens garantidores de felicidade instantânea, mas sim que os velhos tabus de classe - que demarcavam os produtos que deveriam ser consumidos pelos segmentos mais abastados e aqueles que deveriam ser consumidos pelas camadas populares – foram suprimidos em razão do surgimento de novas significações, que nos situam diante de um momento inédito. Durante muito tempo, partilhamos da idéia de que o consumo das camadas menos favorecidas economicamente estava intimamente ligado ao fator necessidade, e que, em oposição, os setores mais favorecidos economicamente da sociedade, por estarem livres das pressões materiais e de certas urgências temporais, poderiam se dedicar a um consumo dispendioso. Para Pierre Bourdieu (1994 - [1976]), a produção de um estilo de vida depende das variações de distância com o mundo social, distância essa que depende da “urgência objetiva da situação no momento considerado e disposição para tomar suas distâncias em relação a essa situação”:

[...] Onde as classes populares, reduzidas aos bens e às virtudes de “primeira necessidade”, reivindicam a limpeza e a comodidade, as classes médias, já mais liberadas da urgência, desejam um interior quente, íntimo, confortável ou cuidado, ou um vestuário na moda e original. Por serem já muito arraigados, esses valores lhes parecem como que naturais, evidentes e são relegados a segundo plano pelas classes privilegiadas. (BOURDIEU: 1994:85).

Uma leitura equivocada dessa análise de Bourdieu pode suscitar enorme desconforto, pois pode transparecer a idéia de que o autor esteja querendo reduzir a produção de um estilo de vida a uma dimensão puramente funcional, o que seria grande equivoco, já que nossa imaginação é desfuncionalizada. Teresa Caldeira (2000) indica que existe forte tradição nos estudos de estética, que se apóia na afirmação de que os gostos dos pobres é uma função da necessidade; assim, as pessoas pobres não têm percepção estética, já que não se distanciam da necessidade. Para a Antropóloga, descrever os pobres como apenas limitados às necessidades é apenas mais um preconceito contra eles, “localizar os pobres perto do necessário, identificá-los com a natureza, falta de racionalidade, ou de uma cultura sofisticada, pode ser uma das formas de associá-los ao espaço do crime”. Depreciá-los é uma das formas mais eficazes de marcar o distanciamento social.

Sob os auspícios de uma época marcada por forte sensação de medo e desconfiança, surge nova forma de luxo, que tem como fator determinante a obsessão securitária. Cercas elétricas, alarmes ultras sensíveis e, sistema interno de tv compõem o repertório daquilo que Lipovetsky define como *luxo paranóico*. Para essa forma de luxo em específico, a ostentação é relegada a segundo plano. Mais importante do que prevalecer sobre os demais é o investimento no bem-estar proporcionado pela segurança. Não importa se a cura que encontramos para pôr fim às nossas angústias tem a mesma função de um placebo, pois é a insatisfação que regula o *ethos* do consumidor. Não é à toa que a cada dia surge um equipamento de segurança que promete ser “o mais eficaz”: se a cerca elétrica não resolve, instalamos alarmes e câmeras e se, ainda, continuamos assustados, contratamos segurança privada. E, ainda assim, o medo parece não cessar. Por que isso acontece? Por que sempre nos sentimos desprotegidos?

[...] A insegurança afeta a todos nós, imersos que estamos num mundo fluido e imprevisível de desregulamentação, flexibilidade, competitividade e incerteza, mas cada um de nós sofre a ansiedade por conta própria, como problema privado, como resultado de falhas pessoais e como desafio ao nosso *savoir-faire* e à nossa agilidade. (BAUMAN, 2003:129).

A insegurança é uma sensação que nos define como seres humanos, por isso, ela dificilmente nos abandonará, em uma sociedade marcada por forte individualismo. E parece se tornar uma sensação cada vez mais desejada, pois tem a função de apaziguar as neuroses produzidas pelo cotidiano da metrópole. O sentimento de segurança torna-se uma espécie de inimigo das comunidades vigiadas, pois, se não montarmos barricadas nas fronteiras, corremos o risco de permitir a entrada daqueles que tanto tememos, os “estranhos”. Comunidade se tornou sinônimo de ambiente seguro, ou seja, isolamento e separação, estratégia utilizada por aqueles que acreditam não existir melhor solução para banir o espectro do medo de suas vidas. A seguir, mostraremos como a noção de comunidade foi reconfigurada, de uma ética da convivência a um estar junto “descompromissado”, com apoio nas reflexões do sociólogo polonês Zygmunt Bauman.

3.2 Da ética da convivência a uma estética da desconfiança

Quando nos remetemos à noção de comunidade, a primeira idéia que nos vem à mente é a de um ambiente seguro, um espaço que tem seu ritmo de vida marcado pela previsibilidade dos acontecimentos, no qual os vínculos afetivos são formados pela cumplicidade das relações no interior do grupo. Foi essa a noção trazida pelo pensamento sociológico clássico, ganhando maior destaque nas análises implementadas por Ferdinand Tönnies, Emile Durkheim e Max Weber. Tönnies procurava conceituar uma idéia de comunidade que se opunha à de sociedade. Ele foi inspirado pelo método galiléico, fundado nas duas invenções da cultura grega: a teoria das idéias de Platão e a Geometria de Euclides. O autor pensou, dessa forma, uma noção de “comunidade pura”, idealizada em oposição ao conceito moderno de sociedade. O método utilizado por Tönnies consistia na construção de um modelo conceitual de comunidade, afastado das “impurezas do mundo observável”. A *Gemeinschaft* (comunidade) era para o Teórico tudo aquilo que se ligava ao passado, ao calor, à família, o que tinha motivação afetiva e era orgânica, o que lidava com relações locais e interações; já as normas e os costumes são formados por meio dos hábitos, costumes e religião. A *Gesellschaft* (sociedade) representa o egoísmo, a frieza dos relacionamentos, fruto de uma modernidade que havia suprimido as formas mais intensas de associação humana. Na sociedade, as motivações são objetivas e mecânicas, e as relações estão para além da localidade, as normas aqui são concebidas pelas convenções, leis e opinião pública. Para Tönnies, a comunidade representa o modelo ideal, o qual deveria ser seguido por todos os homens, enquanto que a sociedade é a corrupção desse mesmo modelo.

Durkheim critica alguns pontos da teoria de Tönnies e apresenta uma oposição entre comunidade e sociedade, diferente daquela que situa a primeira como forma genuína e “verdadeira” das relações humanas. Para o Sociólogo francês, a *Gesellschaft*, também, tem caráter orgânico, o que rompe com a idéia de Tönnies de que apenas a *Gemeinschaft* tem caráter natural, sendo a sociedade a corrupção desse caráter. Durkheim postula a idéia de que há algumas semelhanças entre as pequenas aldeias e as grandes cidades, ambas possuindo características não apenas comuns a um agrupamento social em específico. A dicotomia apresentada por Durkheim situa a comunidade como forma de agrupamento primeiro, e a sociedade como seu derivado.

Weber, por sua vez, afirma que a comunidade é fundamentada de acordo com a orientação da ação social, que pode ser tradicional, afetiva ou emocional. Comunidade é uma relação social “na medida em que a orientação da ação social baseia-se num sentido de solidariedade”. (WEBER, 1987). Consideramos importante salientar que Weber não percebia essa forma de agrupamento social como um decalque fiel da realidade, mas sim como um modelo ideal-típico que facilita a leitura desse fenômeno; diferentemente de Tönnies, que vê nesse agrupamento em específico um desenho “coerente” da realidade, modelo esse que apresentava um conjunto de relações submersas na aura de uma ordem inabalável. Para o Criador do individualismo metodológico, comunidade e sociedade não se opunham de maneira definitiva, assim como Durkheim postula que a maioria das relações sociais tem parte do seu caráter produzido tanto nas relações comunitárias como nas relações societárias. Nesse sentido, era possível perceber a comunidade como um espaço conflituoso, algo descartado nas análises de Tönnies.

Após essa pequena digressão em alguns pontos sobre o embate comunidade *versus* sociedade a partir de algumas obras clássicas da Sociologia, discutiremos alguns aspectos relevantes da obra *A Sociedade dos Indivíduos*, de Norbert Elias (1994), o qual trouxe importantes contribuições para se pensar, em nossos dias, a noção de vida comunitária. Para o Sociólogo alemão, a sociedade com sua regularidade não é nada externo aos indivíduos (Durkheim), ou muito menos um “objeto” que a eles se opõem (Tönnies), ela é aquilo que todos querem dizer quando utilizam a expressão “nós”. Segundo Elias (1994), “*só seria possível pensarmos numa vida comunitária livre das perturbações e tensões* (da forma que foi trabalhada pelos autores clássicos), *se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente* (...). Nesse sentido, podemos pensar a vida comunitária como algo irrealizável, já que o conflito é condição *sui generis* da existência coletiva. Por outro lado, a idéia de um individualismo cego também suscita questionamentos, visto que “*só é possível haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for a mais livre de tensão perturbação e conflito*”. (ELIAS, 1994b). Sempre se buscou entender a relação entre indivíduo e sociedade de maneira antagônica, em que uma instância precisa necessariamente se sobrepor a outra; uma aparece como “meio” e outra como “fim”. Elias propõe justamente uma ruptura com esse modelo antagônico e indica que “nenhum dos dois sobrevive sem o outro”. O alvo principal do autor são determinadas correntes de pensamento, tanto da Sociologia

como da Psicologia, que, fazendo uma leitura reducionista da realidade, se enfrentam em posicionamentos inquestionáveis, reivindicando, a sua maneira, o monopólio da melhor leitura sobre a realidade. A corrente de viés psicológico postula a idéia de que, “na realidade”, não existe sociedade, mas apenas um conjunto de indivíduos, numa noção de casa reduzida a um conjunto de tijolos isolados. Na outra vertente, de viés eminentemente sociológico, os tijolos são descartados em detrimento da casa. O brilhantismo da análise de Elias está em perceber que a idéia de individualismo só funciona como ferramenta ideológica, não existe um grupo de indivíduos isolados por completo do restante da sociedade, pois, se nos desligamos de alguns, sempre estaremos ligados a outros por laços de trabalho, “instintos” ou afetos. Cada pessoa singular está ligada às demais numa espécie de elo, presas umas às outras, por viverem permanentemente em dependência funcional. Os avanços da individualização, como na Renascença, foram eventos sociais, consequência de uma desarticulação de velhos grupos, ou de mudança de posição social do artista artesão, uma espécie de reestruturação das relações humanas. Elias atribui o processo de individualização contemporânea a uma padronização bastante difundida de auto-imagem que induz o indivíduo a pensar da seguinte maneira: *“Estou aqui, inteiramente só; todos os outros estão lá, fora de mim; e cada um deles segue seu caminho, tal como eu, como um eu interior que é seu eu verdadeiro, seu puro “eu”, e uma roupagem externa, suas relações com as outras pessoas”*. (ELIAS, 1994: 32).

A idéia de que o indivíduo se encontra “sozinho”, mergulhado em um “eu” idealizado, não é nada mais do que produto de um conflito ontológico suscitado por meio da exclusão e/ou “privatização” de determinadas esferas da vida e da interação social. “Estar só” é, também, se deixar afetar por um sentimento de abandono, que pode ser compartilhado coletivamente, mediante a interiorização, por parte dos indivíduos, de uma suposta condição de inferioridade produzida por uma condição de carência, que pode estar no plano material e/ou afetivo. A falta não é simplesmente uma sensação de vazio abstrato que nos perpassa como sujeitos, pois ela tem relação direta com o social-histórico apreendido, é uma insatisfação psicológica produzida por uma privação material que não deixa de se constituir como privação simbólica. Aqui, nos reportamos à idéia trabalhada por Jurandir Freire Costa (2004), que critica determinadas correntes tendentes a ver a vida emotiva como apartada da vida material. Para o Psicanalista, *“a idéia de que toda emoção*

objetivável é reificada tem como premissa a crença de que fatos psíquicos são seres translúcidos que pairam sobre corpos e mundos". A carência de acesso às condições necessárias ao pleno desenvolvimento do ser humano não pode ser explicada apenas como privação emocional, ou simplesmente só uma privação experimentada pelo corpo. Falta de comida, falta de moradia, falta de segurança são também ausência da dignidade, ausência de reconhecimento, "significações" essas que enchem de sentido nossa vida, ao ponto de podermos matar ou morrer por elas. A sensação de falta é, também, experimentada de maneiras diferentes: existe aquela sensação de vazio produzida pelo não-reconhecimento do olhar do outro, designada de invisibilidade social. Essa forma de invisibilidade é concebida na anulação do sujeito por intermédio de determinadas características que visam à construção do indivíduo por meio de categorias depreciativas. Segundo Luis Eduardo Soares, "uma das maneiras mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa intolerância". Esse tipo de carência é vivenciado pelos indivíduos que compõem o grupo dos que estão à margem, que em sua maioria é de pobres e negros, principais alvos de nossos discursos inquisidores. Existe, também, uma espécie de vazio festejado em nossos dias, o vazio provocado pelo desaparecimento do espaço público, que por muito tempo foi o principal responsável pela consolidação dos vínculos sociais. O vazio aqui é "desejado" e percebido como necessário, e a desconfiança é hoje mais do que nunca, a condição básica de nossos relacionamentos. Não se trata de asseverar que a desconfiança é uma invenção contemporânea, visto que "vulnerabilidade e incerteza são características de nossa condição humana, a partir da qual se moldam o "medo oficial", o medo do poder humano, do poder criado e manipulado pelo homem". (BAUMAN, 2005). Em todas as nossas épocas, o diferente, o estranho, sempre provocou sensações desestabilizadoras por onde passava. Lewis Mumford (*apud* BAUMAN, 1997) indica que a classificação do "outro" na idade Média era um fator decisivo, pois a pessoa não incorporada era condenada ao exílio ou condenada à morte; e, se conseguisse sobreviver, teria que se incorporar a qualquer grupo que permitisse uma classificação, nem que fosse um bando de ladrões. A partir desse exemplo, podemos perceber que a desconfiança não é um "privilégio" dos modernos, e que o conhecimento mediante uma classificação sempre foi (é) uma condição indispensável na construção dos vínculos sociais. Mais adiante, no capítulo

4, discutiremos de maneira mais detalhada o papel dos “estranhos”, como agentes responsáveis pela produção do medo social, tendo como referências as diferentes (ou não) formas de percepção atribuídas pelos moradores do loteamento Alpha Village a esses sujeitos tidos como principais responsáveis pela forte sensação de insegurança que os aflige. Por enquanto, focaremos o debate na exacerbação de desconfiança como elemento para pensar a desestabilização dos laços sociais em nossos tempos. É impossível desvincular o *medo do outro* da sensação de desconfiança, pois esta é um produto direto dessa condição. O sentimento de que sempre existe alguém que à nossa espreita como lobos à espera de sua presa é uma constante, principalmente em bairros vigiados, cuja sensação de pânico generalizado paira sobre o ar, deixando ainda mais “cautelosos” os moradores que aí habitam.

Terça-feira, 9 de agosto, duas horas da madrugada, dormia eu na casa de minha namorada localizada no bairro Luciano Cavalcante. Naquela noite tudo parecia calmo, o único barulho que se escutava era o das sirenes das viaturas encarregadas de fazer a segurança no bairro (o que não é motivo de desassossego, já que esse tipo de barulho é considerado música para ouvidos desconfiados). Tudo estava na mais perfeita “ordem”, até que abruptamente o interfone dispara levando todos na casa a acordarem assustados, e o que era tranqüilidade, se torna apreensão. Seu J, levanta-se dando um salto brusco da cama e desce às pressas, tira o telefone do gancho e pergunta insistentemente: Quem é? Quem é? A resposta não vem. Ao colocar de volta o telefone no gancho, o barulho ressurgiu, aumentando ainda mais a tensão. A esta altura todos na casa já estavam acordados, inclusive eu. Levantei-me fui até a varanda e pude perceber que o vizinho havia acordado e apontava uma lanterna para seu quintal. Confesso que fiquei assustado e só me acalmei quando a dona da casa informou que era um problema com um interfone (isso depois de ter sido refutada a hipótese de tentativa de invasão da casa, primeiro pensamento suscitado). Demorei a dormir naquela noite, fiquei olhando para o teto e refletindo sob o desconforto que pode causar qualquer atitude imprevista para aqueles moradores, e de como a ordem, o conforto, a tranqüilidade em excesso, podem ser sensações desestabilizadoras.

A descrição relata uma experiência vivenciada pelo pesquisador no loteamento Alpha Village, exemplificando o forte clima de desconfiança, difundido entre os moradores. Ninguém melhor de que o próprio interlocutor para relatar uma

experiência dessa natureza, já que é extremamente complicado (para não dizer impossível) descrever “estados de espírito”, ou seja, fazer leituras da subjetividade de indivíduos, o máximo que conseguimos é uma simples aproximação mediante categorias elaboradas por nosso arcabouço conceitual. Quando vivenciamos de perto uma situação com essas características, conseguimos uma interpretação “mais rica” do fenômeno, sendo o “experimentar” uma ferramenta de análise tão importante quanto a apreensão da fala dos entrevistados. Com o intuito de se precaverem contra situações como essas descritas há pouco, os moradores investem todos os seus esforços na obtenção de equipamentos de segurança, embalados pelo “canto da sereia” das empresas que lucram em cima do medo, e que encontraram nesses “seres assustados” o nicho ideal para a popularização de seus produtos. Em seus anúncios, elas apresentam a idéia de que ter uma vida segura é possível, bastam dinheiro e um pouco de “bom senso” daqueles que podem pagar por tal serviço. As empresas de equipamentos de segurança sempre apresentam um desenho da selva, bem mais perigoso do que parece. A desconfiança, característica intrínseca dos seres humanos, é reforçada por uma publicidade paranóica e pelos meios de comunicação de massa, que não param de documentar as tragédias que pululam em nosso cotidiano.

4. O MEDO COMO PRODUTOR DE RELAÇÕES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

A proposta principal desse capítulo é discutir o fenômeno do medo social como componente fundante na organização dos processos de interação entre os moradores que residem no loteamento Alpha Village. Ao mesmo tempo em que atua como mecanismo produtor de espaços segregados e, conseqüentemente, de uma cultura de evitação que fragiliza os vínculos sociais naquele espaço, o medo social dá a possibilidade de esses sujeitos organizarem novos mapas afetivos, colaborando desse modo para a produção de outra economia psíquica. É impossível descartar a importância desse fenômeno no que diz respeito ao crescimento desenfreado de “fortalezas” intensamente vigiadas, como também sua influência direta no deslocamento de indivíduos para as inúmeras “ilhas” que estão remodelando a geografia das grandes capitais do País. Não podemos deixar, contudo, de perceber que esse mesmo medo que aterroriza dá a esses indivíduos a possibilidade de pactuar e suportar o outro. Antes de entrarmos nos pormenores da pesquisa, discutiremos algumas noções acerca da referida temática que nos propomos nesse capítulo.

Se observado numa perspectiva filosófica, o *medo do outro* possui relação direta com aquilo que Mikhail Bakhtin (*apud* por BAUMAN, 2005) designa de *medo cósmico*, ou seja, “a emoção humana, demasiadamente humana”, desencadeada pela magnificência imaterial e desumana do universo. Diante do poder extraordinário do universo, vemo-nos como criaturas vulneráveis e assustadas. “O medo cósmico é também o horror do desconhecido, o terror da incerteza”. (BAUMAN, 2005b). Norbert Elias (1993) também dedicou suas análises à temática do medo, assim como sua relação com o controle das emoções. Em *O processo civilizador*, o autor trabalha com um conceito de medo que abarca duas perspectivas distintas, uma que pode significar pavor, terror, e que está ligada às suas análises sobre as sociedades guerreira e feudal, e outra, que representa angústia em relação ao desconhecido, que compreende as análises dedicadas ao final da sociedade feudal e toda a sociedade de corte. Já Jean Delumeau (*apud* BRANDÃO, 2005), ao escrever sua *história do medo no ocidente*, postula o argumento de que a Psiquiatria separou no plano individual o medo e a angústia, que até então era confundido pela Psicologia

clássica. Apesar de ambos os sentimentos apresentarem semelhanças quanto à estrutura psíquica, podemos dizer que o *medo* tem uma ligação mais forte com aquilo que é socialmente apreendido, pois ele “possui um objeto determinado ao qual se pode fazer frente”. Já a angústia não possui esse objeto, pois se trata de uma espera dolorosa diante de uma sensação de insegurança ontológica, onde tememos aquilo que não conhecemos. Dito isto, podemos adentrar a dimensão do medo social, essa expressão que diz respeito “às formas como as pessoas são afetadas em relação às cenas, situações e acontecimentos do cotidiano”. (BAIERL, 2004). Nesse sentido, o medo é pensado como reação apreendida e condicionada socioculturalmente. Quando nos referimos a expressões “apreendidas” e “condicionadas”, não queremos assinalar que esse fenômeno é meramente um construto social, produzido racionalmente, pois seria no mínimo ingenuidade de nossa parte querer retirá-lo do plano das emoções. Sabemos da importância da dimensão psíquica para a compreensão desse fenômeno, porém consideramos importante enfatizar a primazia da dimensão sócio-histórica, no que diz respeito à noção de medo social.

4.1 Medo social: sentidos e significados

O medo, como nos mostrou Norbert Elias em *O Processo Civilizador* (1993), foi percebido de maneiras diferentes pelos indivíduos nas mais diversas épocas. Se, nas sociedades guerreiras e feudais, o medo do outro era caracterizado pelo temor da violência física ou, como disse Lipovetsky (1983), da *violência selvagem* advinda de homens que não possuíam um controle mais forte sobre suas emoções, nas sociedades de corte, o medo ganhou um contorno mais sutil, podendo ser caracterizado pela angústia diante de acontecimentos imprevisíveis. Por esse exemplo prescrito pelo Sociólogo alemão, podemos associar o medo social a um arranjo de sentidos e significados diversos, que variam de acordo com cada época. Dessa forma, é possível indicar que, na contemporaneidade, o medo foi reconfigurado de acordo com as significações próprias de nosso tempo. O advento das novas tecnologias da comunicação nos fornece uma das chaves para a compreensão desse fenômeno, pois em nenhum outro momento histórico

vivenciamos, ou experimentamos o medo por meio de um bombardeio tão intenso de imagens. No início do século XX, inúmeros estudos foram desenvolvidos por importantes teóricos, - entre os quais figuravam Sigmund Kracauer, Walter Benjamin, e Georg Simmel – que buscavam relacionar as mudanças no psiquismo do homem da metrópole com as transformações culturais da época. O surgimento do jornalismo impresso foi um fator decisivo para essas alterações subjetivas, principalmente em virtude da espetacularização do sensacionalismo produzido por imagens, que retratavam o cotidiano das grandes capitais como um grande “teatro dos horrores”. Descrições minuciosas de assassinatos e de acidentes com vítimas que vinham a falecer eram o “prato cheio” dos folhetins. Elas encabeçavam as principais manchetes do dia. Atualmente, essas mesmas imagens pululam no nosso imaginário. A diferença é que, em nossos dias, somos submetidos a um registro bem maior de experiências do que aquele vivenciado pelo homem do início do século XX, pois, além do jornalismo impresso, temos as emissoras de tv e internet. Estamos vivendo num momento histórico inédito, um período marcado pela ascensão da paranóia dos média difundida através de imagens teleguiadas para o fundo de nossas “almas”.

Para entendermos o processo pelo qual somos afetados pelo medo social, utilizaremos a noção de *significações imaginárias sociais*, presente nas análises do filósofo grego Cornélius Castoriadis (1982). A maneira como nos expressamos decorre da forma como percebemos a realidade que nos cerca. Essa percepção, não ocorre somente no plano sensorial, mas, também, situa-se no terreno “imaginal”, que possui relação intrínseca com o inconsciente, produzido, por sua vez, pelo *imaginário instituinte*, a potência de criação imanente a todas as coletividades humanas. Isso significa dizer que o pavor a nos assombrar e nos tirar o sono, não é apenas resultado de uma elaboração consciente, pois se trata do social-histórico apreendido e ressignificado pelos elementos presentes em nossa estrutura psíquica. Se não fosse por nossa capacidade incessante de fantasiar, um quarto escuro seria apenas um espaço sem luz artificial, e uma rua deserta, uma rua sem transeuntes. É de nosso conhecimento, porém o fato de que o medo suscitado por essas imagens remete a algo situado para além do que pode ser contemplado por nossos olhos.

Ao serem indagados sobre quais seriam suas principais fontes de temor e ansiedade, os moradores do loteamento Alpha Village foram bastante incisivos, quando acentuaram quase em uníssono: assaltos! É possível indicar que o medo

suscitado pela experiência do assalto não se refere simplesmente ao temor da perda dos bens materiais. O pânico que os assola e que os faz “gelar a espinha” é o fato de o “assalto” ser uma experiência desordenadora do cotidiano, praticada por pessoas relegadas a uma suposta condição de “animalidade”. “Pode-se esperar tudo dessas pessoas”, “Eles não são humanos!”. Frases como essas são bastante comuns no nosso dia-a-dia, elas nos remetem ao medo do desconhecido. Gilbert Durand (1997), grande estudioso do imaginário, comenta a importância das representações animais que nos são bastante familiares, e nos acompanham desde a infância: “o homem tem assim tendência para a animalização do seu pensamento e uma troca constante faz-se por essa assimilação entre os sentimentos humanos e a animação do animal”. (DURAND, 1997:71). *Símbolos teriomórficos* - é assim que o autor designa o simbolismo referente aos animais, que podem receber valorizações positivas e negativas. Nesse sentido, os assaltantes (o mal personificado) seriam identificados como animais que representariam o “caos” e a “desordem” (ratos, répteis, aves noturnas), animais esses considerados “seres repugnantes”. Sempre imputamos ao “outro transgressor” categorias que nos causam ojeriza. O criminoso é sempre elaborado por meio de elementos considerados repulsivos, reprováveis, aniquilando, dessa forma, qualquer proximidade que este venha a ter com o dito “cidadão de bem”. No próximo capítulo, dedicado aos “estranhos”, discutiremos de forma mais bem detalhada essas representações “negativas” que definem esses indivíduos. Por enquanto, o que queremos explicitar é a importância dos *símbolos* e das *imagens* no que diz respeito à construção de categorias com as quais apreendemos a realidade.

Em uma análise que privilegia a importância do imaginário social brasileiro para a compreensão do fenômeno da delinquência juvenil, Norma Missae Takeuti (2002) nos indica que o temor maior difundido pelas imagens dos meninos de rua não é pelo simples fato de esses jovens representarem “algo que não está funcionando na ordem social”, mas sim por eles exporem uma “faceta cruel da sociedade”, as *pulsões de morte*¹⁵. Nesse sentido, a autora define esses jovens

15 Conceito cunhado por Sigmund Freud, em sua obra *Para além do princípio do prazer*, e que expande as duas primeiras teorias das pulsões, onde a sexualidade corresponde aos elementos reprimidos da psique e à tendência a autopreservação aos elementos repressores; distinção essa que se torna problemática com a introdução do narcisismo, que postula um investimento sexual no ego, que é a sede das pulsões da autopreservação. Freud então decide agrupá-las sob a denominação de pulsões de vida. As pulsões de morte representam o pólo oposto sempre em constante conflito com as pulsões de vida. Estas pulsões são definidas por um instinto de auto-

como *objetos-espelhos*, “que revelam algo mais profundo da estrutura social”.

[...] Assim, torna-se compreensível o temor que eles suscitam na sociedade, não só pelas suas potencialidades de transgressões, mas pela alta exposição que os mesmos oferecem de um “real” humano ao qual todos temem fazer face. O que se teme, efetivamente, para além do caos social, é o caos potencialmente instalado nas profundezas do nosso próprio ser individual (TAKEUTI, 2002:203-204).

A subjetividade é um elemento decisivo para a compreensão de nossos temores contemporâneos. É lamentável que o pensamento ocidental tenha por muito tempo desvalorizado o papel dos símbolos e imagens, classificando a imaginação como “fomentadora de erros e falsidades”.

4.2 A produção de “corpos assustados” e “corpos corajosos”

Foucault causou verdadeiro furor no pensamento ocidental, ao propor uma análise do poder como prática social, rompendo com o modelo apresentado pelos filósofos jurinaturalistas, que situavam o poder como algo “objetivado”, personificado na figura do rei ou do Estado (poder soberano). O poder *negativo*, que subjuga, oprime, e explora, aparece nas análises empreendidas pelo Filósofo como poder *positivo*, poder esse que produz sujeição, e que é investido nos corpos com o intuito de torná-los “dóceis” politicamente e “úteis” economicamente. Foucault, em suas análises sobre o surgimento das *sociedades disciplinares*, apontou um conjunto de dispositivos construídos com o intuito de submeter os indivíduos a um controle minucioso de suas atividades. Inicialmente, os alvos escolhidos foram os doentes, os loucos e os criminosos, por estes representarem perigo iminente, a ameaça constante que manchava a visão de uma sociedade dominada por apelos higienistas e normalizadores. O medo de uma epidemia fazia com que vilas inteiras fossem “esquadrinhadas” e cercadas, e seus moradores tivessem suas rotinas controladas por uma fiscalização intensa. O foco da doença tinha de ser combatido no próprio espaço. Foi nesse período que surgiram, também, os primeiros

destruição presente em todos os seres humanos. A agressividade e o ódio são uma exteriorização dessas pulsões.

manicômios, locais esses destinados ao enclausuramento dos considerados “anormais”. Os loucos, que por muito tempo dividiram o espaço público com os demais transeuntes, tiveram de ser banidos das ruas, levados para *instituições totais*¹⁶ – para usar uma expressão de Erving Goffman (1987). Nesses espaços eles eram “tratados” por um corpo de profissionais especializados que investia todo o seu esforço para trazê-los de volta à normalidade. Aos transgressores da lei foi dado tratamento semelhante ao dos demais párias da época: vigilância, disciplina, controle, observação intensa. A lógica da masmorra fora substituída por prisões individualizadas, que precisavam, agora mais do que nunca, de luminosidade. A metáfora escolhida por Foucault para definir esse complexo jurídico-científico de estratégias foi o *panóptico* do filósofo utilitarista Jeremy Bentham. Também chamado de “olho do poder”, esse modelo arquitetural tinha como principal característica a vigilância incessante sobre o prisioneiro, fazendo com que este internalizasse o controle, sem mesmo saber se estava sendo observado. O vigilante da torre não podia ser visto por aqueles que estavam nas celas. Dessa maneira, não era a presença física de quem se encontrava na torre que garantia de antemão o funcionamento da estratégia, mas a certeza de que lá havia alguém a observar todos os seus movimentos. Esse modelo não ficou restrito às prisões, pois serviu também para definir as demais instituições disciplinadoras da época, entre elas, escolas, manicômios, hospitais, fábricas etc. Assim exposto, poderemos esclarecer melhor a proposta do tópico em questão, que é apresentar como o medo pode produzir sujeição e, conseqüentemente, “corpos assustados”.

Reféns do medo - é assim que se sentem os moradores de um bairro vigiado. O temor disseminado pela tentativa de assaltos e seqüestros é constante nesses espaços, criando dessa maneira uma “pedagogização” do corpo, objetivada por meio de movimentos cautelosos e desconfiados daqueles que se aventuram a caminhar pelas ruas. Passos rápidos, olhares atentos, cabeça em movimentos semicirculares para saber se estão sendo seguidos - é dessa maneira que o corpo nos fala de sua condição. O discurso é secundário nesse sentido, pois o medo está inscrito na *héxis* corporal, que é própria do *habitus* desses indivíduos. O panóptico continua vivo, instaurando nos corpos a certeza aterrorizante da vigilância

16 Goffman define *instituição total* como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período, levam uma vida fechada e formalmente administrada. Entre as instituições totais, destacam-se as prisões, os manicômios e os conventos.

indesejável. O que mantêm sempre acesa a chama da desconfiança e a atenção redobrada dos moradores é o pensamento de que, fora dos muros, tudo pode acontecer. Assim como o prisioneiro que se sentia vigiado, mesmo sem saber se na torre havia realmente um vigilante, os moradores desses espaços tornam-se escravos de uma paranóia coletiva, bastando apenas para isso a presença *virtual* daqueles que são os principais fomentadores de suas angústias, a “pedra de seus sapatos”.



Casa com arquitetura panóptica localizada no Loteamento Alpha Village

No loteamento Alpha Village, existe uma idéia reforçada, por todos os moradores, de que eles estão sempre sendo observados, o que se traduz como um verdadeiro paradoxo, já que as câmaras estão apontadas para as ruas e o alvo são os transeuntes:

[...] Eu não posso sair no fim de semana porque tenho que contratar uma pessoa para ficar em casa. Não é como fechar um apartamento. Não! Aqui não! Aqui nesse bairro você está sendo constantemente observado. Por exemplo, aqui tinha o Hiper Mercantil que fechou. Antes do Hiper Mercantil fechar, a minha rua era trajeto obrigatório para todos que vem da (rua) para o Hiper. Então esses dois

primeiros quarteirões, eram os quarteirões dos assaltos. Todos os dias nós tínhamos assaltos. Hoje já não estão assaltando pessoas que vão passando, hoje em dia eles estudam a casa das pessoas e já praticam outro tipo de assalto (Procuradora aposentada, 58 anos).

[...] Não, eu não sei não! Eu não posso informar, o que eu sei é que aparece gente por aqui de todos os lugares, porque eles costumam trabalhar aqui, por essa área, conhecem bem, conhecem tanto quanto a gente, essas pessoas que vem aqui para trabalhar, que ficam por aqui catando lixo né, (pausa) então termina conhecendo o lugar e a gente não sabe mesmo de onde eles vêm. (Construtor, 50 anos).

Na primeira fala, a moradora acentuou que o bairro em exame era constantemente observado e que supostamente havia nas redondezas criminosos que “estudavam a casa das pessoas” antes de efetuarem os assaltos. Aqui percebe-se uma inversão dos papéis, pois é a moradora que se encontra sujeita ao controle e ao disciplinamento, corroborando a idéia foucaultiana de que o poder não está acumulado nas mãos dos segmentos mais favorecidos economicamente, mas sim que está difuso por uma espécie de malha invisível, através dos fios infinitesimais que compõem o tecido social. Já o segundo morador, ao ser indagado sobre quem seriam aqueles que os observavam incessantemente, indicou não saber informar, mas paradoxalmente deixou claro que nutria certa desconfiança pelos catadores de lixo que cruzam as ruas do bairro, dizendo até que eles conheciam melhor o território do que os próprios moradores. Diante de uma situação desordenadora, em que não seria possível indicar ao certo os responsáveis pelos assaltos no bairro, o morador fez uso da imagem estereotipada do “catador de lixo” como bode expiatório, trazendo de volta a ordem que havia sido suspensa pela sensação de indefinição. Segundo René Girard (apud CALDEIRA, 2000), o sacrifício da vítima expiatória restitui a ordem e simboliza a passagem do não-humano para o humano. No discurso do entrevistado, funciona como mecanismo apaziguador das neuroses vivenciadas pelos moradores do referido espaço. Nos dois casos, podemos perceber a presença da “incerteza” como elemento decisivo de suas falas. A vigilância existia, mas não sabiam informar ao certo quem seriam os vigilantes.

Definitivamente, não estamos querendo asseverar que o medo produz apenas a sujeição e o disciplinamento dos corpos, mas sim indicar que, tem papel decisivo na produção de movimentos corporais cautelosos, que visa à diminuição do risco de serem surpreendidos por uma situação desordenadora como assaltos e seqüestros.

Consideramos importante salientar que o medo também pode produzir “corpos corajosos”, que aceitam o desafio de cruzar as ruas, batendo de frente com o discurso totalitário do medo que escraviza os indivíduos pertencentes a esses espaços vigiados; corpos que encontraram na experiência do medo cotidiano a possibilidade de *reterritorialização*. Durante as entrevistas, pudemos perceber na fala de alguns moradores uma espécie de receita para se vencer o medo que os assolava, que rompia com a estrutura dos “discursos fascistas” que comumente escutamos quando questionamos alguém sobre o que deveria ser feito para a diminuição da violência urbana. Eles usavam uma frase simples, que talvez passasse despercebida, se não fosse a forma contundente com que se referiam a ela. *Ir pra rua!* É essa a receita dos moradores. Considerando o medo presente na área, ocupar a rua, transformá-la em passarela pode ser algo sofrível, doloroso, do ponto de vista psíquico, porém mais doloroso ainda é ter que conviver com uma situação castradora, e que retira deles a possibilidade de encarar o desafio de cabeça erguida.

[...] Um outro significado do medo como transgressor é o espírito aventureiro que provoca os indivíduos ou os grupos para romperem com limites ora instituídos como finais ou sentidos como de imposição. Esta eficácia da aventura na significação simbólica da construção social e individual faz parte do imaginário social de toda e qualquer forma de sociabilidade, seja esta considerada por parcelas de indivíduos ou de grupos, como uma forma de ação positiva ou negativa. (KOURY, 2002:122).

Em artigo intitulado *medos corriqueiros: em busca de aproximação metodológica*, Mauro Guilherme Koury (2002) analisa o medo sobre duas perspectivas distintas: uma que conforma os indivíduos, provocando nestes sensações paralisadoras, e outra de aspecto criador, transgressor, que possibilita a produção de novos arranjos interacionais. Sobre o segundo aspecto, o autor indica que a demonstração de força física ou espiritual por parte de indivíduos ou grupos pode se tornar exemplo a ser seguido ou renegado, pois essas ações aparecem no nosso imaginário de forma idealizada – por que não dizer, mítica - ações praticadas por pessoas que não se intimidaram diante de situações difíceis. Apesar de presenciarmos na contemporaneidade a derrocada das significações que definem o nosso imaginário de transformação social em virtude da inversão de valores

promovida pelo advento da sociedade do espetáculo, não podemos deixar de indicar que o “culto ao herói” ainda tem peso simbólico considerável.

Na perspectiva castoriadisiana podemos pensar essa forma de superação dos limites imposta pelo medo como processo de autonomização por parte dos sujeitos, ou seja, a elaboração dos discursos e práticas com o intuito de subverter a relação com as estruturas que nos condicionam. Castoriadis pensa a autonomia como possibilidade de criação de significações por parte dos sujeitos, não somente no plano individual, mas também, no terreno coletivo. O Filósofo grego postula o argumento de que a “*autonomia seria o domínio do consciente sobre o inconsciente*”, onde o inconsciente é o discurso do outro que está em mim, que fala por mim;

[...] O sujeito não se diz, mais é dito por alguém, existe como parte do mundo de um outro. O sujeito é dominado por um imaginário vivido como mais real que o real, ainda que não sabido como tal. (CASTORIADIS, 1982, pg. 124).

A essa regulação pelo outro, Castoriadis chama de *heteronomia*, que no plano individual consiste num domínio por um imaginário autonomizado, e que, por sua vez, retira do sujeito a possibilidade de definição, tanto de sua realidade quanto de seu desejo. A proposta de *autonomia* não implica a substituição definitiva das pulsões advindas do *Id* por um *Eu* consciente, no qual a pessoa se tornaria *ego* e teria um discurso exclusivamente seu, mas de uma relação—outra entre consciente e inconsciente, entre lucidez e função imaginária, em outra atitude do sujeito em relação a si mesmo. Seria um “alargamento” da proposição freudiana *Wo es war, soll ich werden* (Onde o *Id* era *Eu* devo/deve vir a ser). Para Castoriadis, esse objetivo de Freud é considerado inacessível e monstruoso: inacessível, uma vez que não pode existir um ser humano cujo inconsciente foi conquistado pelo consciente, no qual a racionalidade controlou por inteiro as pulsões. Monstruoso, pois, se atingíssemos esse estado, destruiríamos aquilo que nos faz seres humanos, que é o fluxo contínuo e incontrolado de nossa imaginação criadora. “*Onde há Ego o Id deverá surgir*”, levar os desejos e as pulsões à expressão e à existência, a uma *ética da existência*¹⁷, pois autonomia não é eliminação pura e simples do discurso do

17 A idéia de estética da existência apresentada por Michel Foucault nos permite pensar a produção do sujeito como potência criadora, semelhante à idéia de vontade de poder nietzscheana, faculdade superior de desejar, um apetite insaciável de demonstração de potência. O termo *ética* aparece pela primeira vez de forma significativa na resenha que o autor fez de *O Anti-Édipo*, obra

outro, e sim a elaboração desse discurso. É importante salientar que a obtenção do sujeito como instância reflexiva não é simplesmente um momento abstrato da subjetividade filosófica, pois ele é sujeito efetivo totalmente penetrado pelo mundo e pelos outros, tem relação direta com uma *política de liberdade*: autonomia como relação social e como empreitada coletiva.

4.3 Sobre a arquitetura do medo

A discussão proposta por esse tópico remete-nos às diversas estratégias objetivadas por meio de construções arquitetônicas que têm como finalidade evitar o contato com aqueles que teimam em “poluir” o ambiente com os “germes” da incerteza: os estranhos. O medo personificado na figura desse ser indecifrável fez com que os moradores do loteamento Alpha Village alterassem toda a dinâmica social do que caracteriza um bairro, ou seja, um espaço pautado em múltiplas interações produzidas ocasionalmente. O espaço público torna-se palco de encontros a cada dia mais tensos, porque estes são forjados por meio de estereótipos que se assentam sobre o medo do outro, aumentando dessa forma a separação e o evitamento, que passam a ser marcas do cotidiano dos moradores. Não é de hoje que espaços são remodelados e construções são erigidas com o intuito de manter os indesejáveis afastados, mas não podemos deixar de levar em consideração o fato de que a paranóia coletiva atingiu, em nossos dias, níveis alarmantes: faz-se qualquer coisa (dissemos qualquer coisa) para se poder desfrutar de uma vida sem surpresas desagradáveis.

Em *Cidade de Quartzos*, o arquiteto marxista Mike Davis (1993) descreve, por meio de um relato histórico surpreendente, como Los Angeles se tornou uma cidade comandada pelo medo, adotando um “visual sitiado” e se constituindo como uma autêntica *cidade-fortaleza*. Os muros claustrofóbicos que hoje demarcam as fronteiras de uma das mais importantes capitais do mundo, separando os espaços das elites e dos guetos, não foram construídos por acaso, em razão do aumento nos índices recentes da criminalidade urbana; trata-se de um estágio avançado de uma segregação que começou no início do século XX. De acordo com Davis, a cidade de Los Angeles foi construída em torno de um mito, caracterizado pela utopia de uma

possível supremacia ariana, onde os brancos poderiam desfrutar de suas riquezas, sem serem incomodados pelos temidos negros, que representavam autêntica ameaça à integridade física e também moral daqueles. Nas palavras do autor, Los Angeles seria “*o ensolarado refúgio da América branca protestante*”. A classe média local, não satisfeita com o auto-isolamento no *west-side*, decidiu criar uma legislação discriminatória que impedia a compra de terrenos por investidores negros, o que de forma clara se definiu como uma mobilização branca contra a eventual possibilidade de os negros comprarem casas fora do gueto. Não é de se espantar a afirmação de que esse grupo de proprietários mantinha uma associação de habitação anti-africana e possuía vínculos com a Ku-Klux-Clan. Para o autor, os proprietários estavam interessados na utopia burguesa, difundida pela criação de enclaves homogêneos - tanto econômica, quanto racialmente -, festejando, por sua vez, a moradia da família individual. No capítulo intitulado *Fortaleza L.A*, Davis destaca os mecanismos criados com o intuito de afastar os indesejáveis da paisagem local, definida pelo autor como *semiótica totalitária* ou *arqui-semiótica de guerra de classes*, signos esses objetivados por intermédio dos muros altos, do policiamento privativo, equipamentos de segurança eletrônica, que compõem, por sua vez, o repertório das elites contemporâneas.

[...] A segurança se torna um bem posicional que se define por um nível de renda que permite o acesso a serviços de proteção privados e torna o cliente membro de um enclave residencial rígido ou subúrbio restrito. Como símbolo de prestígio, a segurança tem menos a ver com a proteção de cada um, do que com o grau de isolamento pessoal em ambientes residenciais, de trabalho, consumo e viagem, em relação a grupos e indivíduos “desagradáveis”, ou mesmo a multidão em geral. (DAVIS, 1993:206).

A destruição do espaço público acessível foi a solução encontrada pelos diferentes segmentos autoritários da Cidade, para banir os considerados “indesejáveis” da paisagem cotidiana. Das inúmeras estratégias de evitação descritas, duas nos chamaram a atenção em específico, principalmente pelos requintes de “racionalidade” empregados por seus idealizadores: o “banco à prova de vagabundos” e a “lata de lixo à prova de mendigos”. A primeira estratégia foi encabeçada pela própria Prefeitura da cidade de Los Angeles e estava presente nas principais praças da Cidade, principalmente aquelas localizadas nos bairros luxuosos: trata-se de bancos construídos “maquiavelicamente” de forma a não

permitir ninguém deitar-se sobre eles. Já a segunda estratégia foi criada pelos donos dos restaurantes, para impedir que mendigos buscassem restos de comida em seus “preciosos” lixos. A lata de lixo à prova de mendigo exibia uma chapa de aço com dois centímetros de espessura, dois cadeados blindados e pontas afiadas apontadas para fora, consistia num objeto inviolável e, acima de tudo, perigoso.

Depois desse pequeno passeio pela obra de Mike Davis, analisaremos algumas das “estratégias” organizadas pelos moradores do loteamento Alpha Village, que, apesar de se distinguirem daquelas elaboradas pela elite de Los Angeles, possuem forte aproximação no que diz respeito à dimensão simbólica que revestem tais práticas. Entendemos que as cidades de Fortaleza e Los Angeles possuem contextos históricos diferentes em diversos sentidos, sejam eles políticos, econômicos ou culturais, e seria, no mínimo, grande ingenuidade intelectual de nossa parte tentar aproximar essas duas realidades tão distantes. A bem da verdade, não é isso que nos interessa para fins de pesquisa. O diálogo que propomos com Davis diz respeito ao fenômeno da *segregação*, que, apesar de possuir características próprias em cada cidade, encerra a mesma finalidade eletiva. O medo é uma característica comum aos seres humanos, e as formas de encará-lo são bastante parecidas em diversas partes do mundo, principalmente se levarmos em consideração o medo decorrente da violência urbana. Em tempos da dita globalização, em que a lei do consumo parece ter se tornado lei divina, e as informações chegam até nós em frações de segundos, já não é grande assombro falarmos de hibridismos culturais, bastando dar uma olhada ao nosso redor para podermos “sentir o cheiro” do cosmopolitismo no ar, mesmo que ainda encontremos resistência ao que “vem de fora” (intrigante não?). O sonho de uma vida previsível, tranqüila, longe daqueles que podem tirar nosso sossego, é de apelo universal, já que a insegurança é um dado ontológico. O diferencial são as diversas formas encontradas para alcançar essa fantasia quimérica. É nesse sentido que propomos uma aproximação entre a “Cidade de Quartzos” e a “Ilha dos indivíduos”, mesmo sabendo que o sentimento de medo é desproporcional e os alvos das estratégias de segregação apresentam-se diferentes (nem tão diferentes assim).

Não percebemos a produção dos espaços segregados na cidade de Fortaleza como um fenômeno produzido por uma espécie de “utopia burguesa”, que visava à formação de enclaves economicamente homogêneos, pelo contrário, consideramos reducionismo analisar um fenômeno tão complexo como o da segregação urbana

por meio de um único viés, seja ele econômico, político e/ou cultural.

4.4 Fortaleza L.C

Quando o assunto é segregação, Fortaleza e Los Angeles são bastante parecidas! muros altos, equipamentos de segurança eletrônica, vigilância privada, tecnologia importada a serviço dos segmentos mais favorecidos economicamente. Se partirmos do pressuposto de que o ato de segregar possui elementos situados nas profundezas de nosso psiquismo, veremos que a desconfiança em relação ao estranho não é uma particularidade dos segmentos mais abastados. Podemos sim indicar que esses, por possuírem recursos financeiros, podem “concretizar” suas fantasias de se manterem afastado dos “estranhos” mediante um aparato de evitação que proporciona, dentre outras coisas, a sensação de que é possível sonhar com uma vida mais tranqüila. No loteamento Alpha Village, a “cultura da evitação” faz parte das regras de convivência, partilhadas entre os moradores, aparecendo na fala dos entrevistados, em alguns casos de maneira mais direta e em outros por meio de arranjos mais sutis. Diferente da cidade Los Angeles, que tem a população negra como alvo de seus ataques de ódio, os moradores do loteamento Alpha Village dizem não ter definida em suas mentes a imagem de quem supostamente são os responsáveis pelos assaltos cometidos no local. Vale ressaltar que, mesmo se omitindo de tais comentários, algumas vezes deixam escapar mediante “atos falhos” quem são essas pessoas. Não é somente a *Fortaleza L.A* que possui um “aparato de evitação do outro”, a *Fortaleza L.C*¹⁸ também tem o seu, com mecanismos tão eficientes quanto aqueles encontrados na Cidade norte-americana.

18 O termo Fortaleza L.C é um trocadilho com a expressão Fortaleza L.A, que dá nome ao quarto capítulo da obra de Mike Davis. O L.C são as iniciais de Luciano Cavalcante, bairro no qual desenvolvemos essa pesquisa.



Além das “muralhas” e dos equipamentos de segurança eletrônica, que já compõem o desenho arquitetônico do bairro, existe a “pracinha sem bancos”. A ausência de bancos garante o clima “harmonioso e familiar” existente no espaço, pois, de acordo com alguns moradores, se eles existissem, logo apareceriam pessoas de bairros próximos que colocariam em risco valores reconhecidamente tão importantes. O “outro” a ser evitado não é apenas aquele que representa uma ameaça à integridade física e psicológica dos moradores, mas também à integridade moral, que constitui um dos elementos estruturantes da vida em grupo.



[...] Disse que achava uma bela praça, e perguntei por que não havia bancos. Eles não se fizeram de rogado ao afirmarem que não queriam a presença de outras pessoas que não os moradores. O mais jovem disse que se tivesse bancos, logo iriam ter pessoas deitadas sobre eles, casais de namorados, que acabariam corrompendo o espirito harmonioso e familiar que existia ali. O mais velho confirmou com a expressão: *essa pracinha é para os moradores e para seus filhos!*. Tomando a palavra novamente, o mais jovem voltou a dizer: *“aqui é um lugar tranqüilo, não quero que venham pessoas pra cá que possam comprometer a atmosfera do local!”* (Meu diário de campo – 19/01/2005 – o encontro na pracinha sem bancos).

É importante ressaltar que a depreciação do outro aparece como um mecanismo que reforça o senso de pertença dos moradores, aquilo que Norbert Elias (2000) define como “carisma grupal”, ou seja, a “recompensa pela submissão às normas específicas do grupo”. Não é à toa que, durante as entrevistas, alguns moradores utilizaram a expressão “nível social” para indicar um dos motivos impulsionadores da escolha pelo bairro. Não se tratava simplesmente de homogeneidade no que diz respeito a um grupo economicamente semelhante, mas também a um conjunto de práticas distintas e distintivas, visões de mundo eivadas

de um “ideal de pureza”. Aqui, é possível pensarmos na relação entre os diferentes poderes, aqueles que se localizam nas formas e os que estão situados nas “áreas inarticuladas”. Mary Douglas (1976), em seu famoso estudo *Pureza e Perigo*, parte do princípio de que existe uma crença, difundida entre as diferentes sociedades, a indicar que os indivíduos se ligam e se separam por linhas que devem ser respeitadas. A autora oferece como exemplo igrejas nas quais os mendigos não podem dormir nos bancos, temendo que o sacristão chame a polícia. Reforçamos esse dado com a afirmação de que existem bairros nos quais determinados indivíduos não podem transitar, sem que, para isso, tenham que dar explicações aos moradores ou à segurança local. *“O poluidor torna-se um objeto de desaprovação duplamente nocivo, primeiramente porque cruzou a linha e, em segundo lugar, porque colocou outras pessoas em perigo”*. (DOUGLAS, 1976:170). Ao deixar explícito o fato de que a pracinha era para os moradores e seus filhos, o entrevistado não estava apenas reivindicando para si um direito de posse inalienável, mas sim demarcando uma fronteira simbólica, onde o risco de contaminação aparece como um perigo constante. O medo do “sexo sujo”, praticado por indivíduos oriundos de bairros vizinhos - que segundo alguns moradores, ficariam “se agarrando nos bancos”, ou para usar uma expressão de um deles “foderiam nos bancos” -, erige uma barreira moral, reforçada por um “discurso higienizador” que confere ao bairro que habitam um *status* de pureza imanente.

5. “ESTRANHOS”: como decifrar o indecifrável?

Falar sobre o “estranho”, como não poderia ser diferente, deixa sempre no ar uma sensação de mal-estar, pois as explicações trazidas a respeito desta idéia nunca são suficientes, nem serão, já que se trata de algo escondido em cada um de nós, no nosso recôndito. Ficávamos sempre um pouco angustiado ao termos que explicar para alguém quem são esses “estranhos” de nossa pesquisa, pois sempre percebíamos um enorme ponto de interrogação sobre as cabeças daqueles que nos faziam essa pergunta, salvo algumas exceções. Acreditamos que o motivo do desconforto suscitado esteja no fato de se tratar de um objeto que escapa às temáticas recorrentes ao campo da Sociologia, sendo mais comum ao campo da Psicanálise, que sempre se preocupou com o “estranho que habita dentro de nós”, e também da Literatura, que concede importantes contribuições nesse sentido. Longe de querermos encontrar uma definição que abarque essa figura enigmática, nossa maior preocupação é entender como o “estranho” é construído a partir da visão de um grupo de moradores residentes em um bairro de classe média/alta, submetidos que estão a uma forte cultura do medo e da evitação. Sob tal óptica, os estranhos podem ser representados por figuras e/ou sensações desestabilizadoras, todos aqueles e tudo aquilo que desperta uma forte sensação de insegurança entre os moradores. Nesse sentido, nosso interesse recai sobre a dimensão do estranhamento, conhecida como o “outro inominável”, e que difere, por sua vez, daquele “outro” construído à nossa imagem e semelhança e com o qual lidamos desde a mais tenra idade, a coisa propriamente dita (*das ding*), que num primeiro momento é representada pela imagem da mãe. É justamente nesse outro inominável, ou “próximo propriamente dito”, que está o nosso foco de investigação, pois é somente a partir dele que passamos a nos questionar a respeito da seguinte indagação: o que o outro quer de mim?

Como ele não é meu semelhante, não posso orientar minha resposta por aquilo Freud define como *principio do prazer-desprazer*, ou seja, o bem do outro e meu bem são uma coisa só. Como não há referencial nesse estranho, ficamos a nos perguntar se esse outro preza pelo nosso mal ou pelo nosso bem. É a partir dessa dúvida cruel, que nos deparamos com aquilo que Freud chama de “o enigma do gozo do outro”, que está para além do principio do prazer e que, ao me concernir,

pode implicar algo diferente de meu bem, isto é, meu mal. Diferente da premissa utilitarista que se apóia sobre a máxima benthamiana *The greatest happiness of the greatest number* [a máxima felicidade para a grande maioria], que postulava uma espécie de harmonia entre os indivíduos, o que existe é um mal-estar inerente a toda civilização. O gozo¹⁹ não é regido por um princípio utilitário, pelo contrário, ele é presidido pelo princípio do *maior- prazer-para-si*. Dessa forma, o outro não precisa prestar contas com quem quer que seja acerca do uso que faz de seus bens. O outro, em pleno gozo, da forma que suponho, provavelmente não pensa em mim, contudo, vivencio o seu gozo como uma tentativa de privação do meu. A felicidade do outro me incomoda, assim como sua liberdade para agir da forma que acha melhor, e me incomoda mais ainda o fato de esses indivíduos exibirem sua felicidade de forma abusiva e sem nenhuma hesitação. A privação é produzida pela inveja que nasce do olhar, inveja essa que provoca meu ódio, pois o outro é concebido como um agente de privação e não como meu semelhante. É nessa aversão ao gozo do próximo, que, de acordo com alguns psicanalistas, estão as raízes do ódio social. Assim, antes de condenar o fenômeno da segregação, devemos entendê-lo como algo que compõe o arsenal de todo cidadão, mesmo os mais “politicamente corretos”. Desse modo, consideramos de fundamental importância observar que o fenômeno da segregação social não possui caráter exclusivamente sociológico, no sentido de uma ação empregada com um fim em específico - para citar uma premissa fundante do pensamento weberiano - mas ele tem relação direta com o nosso inconsciente, ou, como disse Castoriadis, com nossa “imaginação radical”. Assim, é possível pensar que os discursos e as atitudes empreendidas pelos moradores do espaço no qual efetuamos nossa pesquisa, e que tem o intuito de afastar os “estranhos”, tem como leitmotiv não apenas um conjunto de representações estereotipadas sobre aqueles indivíduos situados na categoria de “eles”, mas também tem como referência um suposto saber sobre o seu gozo.

Podemos nos perguntar: é o estranho que produz os medos cotidianos ou se

19 Raramente utilizado por Sigmund Freud, o termo gozo tornou-se um conceito na obra de Jacques Lacan. Inicialmente ligado ao prazer sexual, o conceito de gozo implica a idéia de transgressão da lei: desafio, submissão ou escárnio. O gozo, portanto, participa da perversão, teorizada por Lacan como um dos componentes estruturais do funcionamento psíquico, distinto das perversões sexuais. Posteriormente, o gozo foi repensado por Lacan no âmbito da teoria da identidade sexual, expressa em formas de sexuação que levaram a distinguir o gozo fálico do gozo feminino (ROUDINESCO, 1998:299). Em nosso trabalho optamos pela utilização da idéia lacaniana de gozo, pois há uma distinção essencial entre gozo e prazer nos seus escritos. Esse gozo seria caracterizado pela tentativa de ultrapassar a todo limite o princípio do prazer.

são os medos cotidianos que produzem os estranhos? Apesar das duas hipóteses estarem intimamente ligadas, Jean Delumeau (*apud* LEITE, 1991), um dos grandes nomes da história das mentalidades, indica que foi a impossibilidade de conviver por muito tempo com nossos conflitos internos originados pela angústia, que fez com que, durante os séculos, objetivássemos nossos medos por intermédio de alguma coisa ou alguém, seja o medo da fome, o medo do sexo, o medo do Diabo. Nesse sentido, é possível pensar que os medos cotidianos são os resultados e não os resultantes. Por outro lado, porém, não podemos deixar de perceber que a cultura do medo fomenta representações arbitrárias a respeito de indivíduos desconhecidos, que passam a ser considerados suspeitos em potencial. Desse modo, o medo pode ser percebido como um “vir a ser” construído numa relação dialética, onde ele aparece como estrutura estruturante e estruturada.

Dentro de uma perspectiva sociológica, o “outro” só passa a ser considerado objeto de aceitação ou negação a partir de determinado grau de conhecimento formulado *a priori* numa relação de proximidade (física, cognitiva e moral). Para se amar ou odiar uma pessoa, é preciso conhecê-la, pois, por essa lógica, ninguém desenvolve sentimentos dessa natureza em relação ao que não se conhece. De acordo com esse ponto de vista, o “estranho” é representado pelo “outro-diferente”, e que logo é situado numa posição de estranheza pela falta de conhecimento objetivo sobre ele. O “estranho”, no entanto, esse ente indecifrável, não é apenas uma representação daquilo que desconhecemos no outro, mas principalmente daquilo que desconhecemos em nós mesmos. O “estranho” é “inclassificável”, ele desordena o poder ordenador das oposições, assumindo um *status* ambivalente, adquirindo, por sua vez, mais de uma categoria. A ambivalência é uma falha na capacidade ordenadora do mundo produzida pela linguagem, uma falha na função nomeadora (classificadora) que estrutura nossa existência.

Por que, entretanto, os estranhos são assim tão temidos? O que torna esses indivíduos tão ameaçadores? Se nos ativermos à etimologia da palavra “estranho”, veremos que ela está relacionada diretamente com àquilo que é assustador, que provoca o horror. A palavra alemã '*unheimlich*' opõem-se aquilo que é '*heimlich*' (doméstico), ou seja, aquilo que é familiar. Dessa maneira, é possível concluir: aquilo que não é *heimlich* é assustador, justamente por não ser familiar (FREUD, 1976 [1919]). Na introdução do texto *O estranho*, Freud faz uma espécie de passeio pela etimologia da palavra nas mais diversas línguas, e conclui que em todas elas

há o elemento do “assustador”²⁰.

Bauman (1999) indica que as respostas para essas perguntas estão no “horror da indeterminação”, a falta de clareza em relação às idéias ou comportamentos do outro. Desse modo, não podemos formular nossas expectativas em relação às reações do estranho, já que não as conhecemos, nem podemos esperar que o estranho regule sua conduta por meio de nossas reações, já que ela é uma incógnita. Quanto mais distante do meu círculo de visão está o “outro”, mais ameaçador ele se torna, pois, ao observá-lo de certa distância, posso elaborar uma espécie de retrato, examinando-o de vários ângulos.

É importante destacar a noção de que o “estranhamento” não diz respeito somente à sensação desconcertante que nos perpassa quando estamos diante do “diferente”, mas remete a algo mais profundo, que nos acompanha desde os primeiros anos de nossas vidas. Dessa maneira, poderemos falar dessa dimensão como um componente indispensável da vida grupal, pois ela nos dá a possibilidade de convivemos com o diferente em nossa paisagem. A partir do momento que se busca a eliminação desse “estranho”, produzindo um ideal de homogeneidade, vemos o aumento da intolerância, do ódio social e, conseqüentemente, da segregação. O sentimento de pertença a qualquer grupo é reforçado pelo sentimento de exclusão dos que estão de fora. Dessa forma, reafirmamos nossas qualidades, negando as do outro. Nesse sentido, é possível indicar duas facetas do estranhamento: uma que podemos definir como *soft* (leve), por se constituir como uma dimensão presente em todos os seres humanos e que torna possível a nossa existência; um “estranhamento positivo” do ponto de vista civilizatório. A outra faceta será denominada de *hard* (dura), por se constituir como uma exacerbação da diferença do outro mediante categorias depreciativas. É claro que essas duas facetas são indissociáveis, e só podem ser separadas do ponto de vista analítico, porém é importante percebermos que, se quisermos fomentar uma convivência ética, é necessário sabermos impor limites ao nosso estranhamento.

5.1 “Classificar é preciso”: a identificação dos possíveis suspeitos

20 Ex: Latim: um lugar estranho: *locus suspectus*; numa estranha hora da noite: *intepesta nocte*. Inglês: Uncanny (nefasto, sinistro), a repulsive fellow (animal repulsivo), Uncomfortable (desconfortável), Francês: Inquiétant (inquietante), sinistre (sinistro), Espanhol: sospechoso (suspeito), siniestro (sinistro), Em árabe e hebreu, 'estranho' significa demoníaco, horrível. Para mais informações ver texto de Sigmund Freud, “O estranho” (1919), encontrado na *Coleção Obras Completas*, Volume XVII.

É a dificuldade de classificar, de colocar um rótulo naqueles que lhes tiram o sono, o que faz aumentar o temor dos moradores do loteamento Alpha Village. Todos aqueles que cruzam as ruas passam a ser suspeitos virtuais, figuras assustadoras que revelam o sentimento de “estranheza” guardado dentro de cada um. Na falta de uma definição precisa, elaboram imagens estereotipadas, essencializadas, para que dessa maneira seja possível esvaziar um pouco o “poço de ansiedades” presente em suas vidas. Quando questionados sobre como identificavam um possível suspeito, os moradores apresentaram uma fala semelhante. O outro-desviante idealizado tinha como imagem recorrente a do jovem “ocioso” que transitava de bicicleta pelas ruas do bairro, aparentemente “sem direção”. Na concepção dos entrevistados, aqueles que cruzam o bairro de bicicleta, “necessariamente” precisam ter uma direção, - assim como os seus empregados que vêm de bairros distantes. De outro modo não poderiam transitar pelas ruas, de livre e espontânea vontade. A idéia de “ociosidade” no imaginário brasileiro remete a uma condição de inferioridade, pensada em oposição a uma concepção romântica do trabalho. A aversão ao ócio era percebida, quando os moradores eram questionados sobre a importância que o lazer assumia em suas vidas. Faziam questão de enfatizar que não tinham “tempo para essas coisas” e que suas vidas se resumiam ao trabalho, como se quisessem provar a todo instante, que tinham alcançado uma determinada posição na pirâmide social à custa de muito esforço. Dessa maneira, o ócio daqueles que cruzavam as ruas, descompromissadamente, era cada vez mais repudiado, pois se encontrava em oposição direta à noção de trabalho, categoria essa tida como formadora de caráter do “homem de bem” pelos moradores.

[...] Aos sábados e domingos os amigos vêm eles fazem churrasco. Agora pra mim não! Meus filhos. Eu e meu marido não! Pra mim só trabalho! (Moradora 56 anos, aposentada – grifamos).

[...] Eu trabalho, sou construtor, e trabalho no período integral, de 7 da manhã às 5 da tarde, todos os dias da semana, segunda a sexta. Trabalho com construção civil, tenho uma equipe com 12 funcionários e trabalho num período integral. (Morador, 50 anos, construtor – grifamos).

Essas falas ilustram a importância atribuída ao trabalho pelos moradores. O lazer, para alguns dos entrevistados, é considerado privilégio de pessoas ociosas ou, então, de seus filhos, que têm o “direito” de se divertirem, pois possuem

condições propícias para desfrutar de tais regalias, ao contrário dos “jovens ociosos” moradores de periferia, que vivem sob situação de carência, e precisam ocupar a mente e o corpo com trabalho. O “ser trabalhador” tem uma conotação tão importante em nossa sociedade que serve até mesmo de argumento para definir aqueles que têm direito à vida. Em um notável estudo sobre “crianças de rua”, intitulado *Vozes do meio fio*, os antropólogos Hélio Silva e Cláudia Milito discorreram sobre as inúmeras elaborações depreciativas atribuídas aos jovens que vivem sob essa condição na cidade do Rio de Janeiro. Alguns de seus entrevistados, quando indagados sobre as chacinas de Vigário Geral e da Candelária, não se intimidaram em mostrar suas “preferências” em relação aos assassinatos cometidos. Alguns diziam que “não concordavam, nem discordavam”, como se a decisão sobre a vida de alguém fosse conduzida por voto popular. Outros, mais condoídos com tais atos, diziam fazer opção pela chacina de Candelária, pois se tratavam de jovens que efetuavam pequenos furtos nas redondezas, “vagabundos”, “malandros”, diferente dos jovens mortos em Vigário Geral, que eram trabalhadores, faziam “bicos” e tentavam ganhar a vida honestamente. Diante desse exemplo, vemos se confirmar de forma literal a máxima castoriadisiana de que se pode “matar ou morrer pelas significações”.

Outra figura que serve como bode expiatório é a dos “catadores de lixo”, homens e mulheres que desfilam pelas ruas do bairro, trazendo inscritas em seus corpos as imagens que os moradores tanto abominam, pois elas os fazem lembrar de algo que preferem esquecer. Os catadores sintetizam o outro - desviante ideal, não tanto por sua condição econômica, por estarem situados no limite da pobreza, eles são mais temidos por serem portadores de insígnias que em nosso imaginário constituem uma simbologia do mal. Paul Ricoeur (*apud* CARNEIRO, 2001), um dos grandes filósofos a discutir a temática do mal como experiência da linguagem do ser humano, indica-nos, por uma abordagem fenomenológica, que este é resultado de uma linguagem complexa dos símbolos. Sem querermos entrar na discussão sobre a legitimidade de um estudo fenomenológico, consideramos a hipótese de Ricoeur importante no sentido da relevância que o Filósofo atribui à leitura dos símbolos para a compreensão da realidade. A “sujeira” exibida pelos catadores de lixo revela, aos olhos de quem os observa, não somente a constatação de que esses indivíduos ganham a vida com muito sacrifício, mas também cria uma linha divisória que os situa do outro lado da fronteira, espaço da desordem, do caos, da irracionalidade. O

criminoso é sempre construído por meio de elementos considerados repulsivos, reprováveis, odiosos, aniquilando, dessa forma, qualquer proximidade que este venha a ter com a figura idealizada do “cidadão de bem”. É nesse sentido que a vítima expiatória se torna o outro que personifica o mal extremo. Em alguns casos, na falta de uma “imagem denunciadora”, a vítima expiatória passa a ser reconhecida simplesmente por sua “estranheza”, ou seja, pela falta de conhecimento prévio sobre suas ações:

[...] Só em ir ali na rua dá uma olhada e ver pessoas “estranhas”, que não são empregadas em nenhuma das casas, que esteja observando...então, aí já é um indício. Muitas vezes eu passo aí e tem uma caixa telefônica grande, tem um ou dois, aí olham...as vezes não são funcionários da Telemar ou da Tim mexendo naqueles fios ali, eu tenho como suspeito né? As vezes ficam escutando conversa de vizinho pra coletar informações. Sempre que uma pessoa está no local, sem que se explique a razão de ele está ali, é um suspeito! (Morador, aposentado, 68 anos – grifamos).

A partir dessa fala, é possível notar que a classificação de alguém como possível suspeito não ocorre somente por um conjunto de representações específicas definidas pela cor da pele ou vestimentas, mas pela condição do “estranhamento”, mediante um “suposto saber sobre o gozo do outro”. Esse mesmo indivíduo comentou que onde ele morava antigamente havia maior comunicação entre os habitantes, dizendo que ninguém ficava por muito tempo no bairro sem dar uma explicação coerente sobre o motivo que o conduzira àquele espaço. *“Logo os telefones se cruzavam para indicar que tinha um estranho na rua”*, ressaltou o morador em certo tom de saudosismo, lembrando que o isolamento tem as suas desvantagens. É um dado importante, e que nos fornece outra perspectiva sobre uma idéia engessada de “exclusão”, que reconhece os pobres e negros como as principais vítimas. Não se trata de afirmar a inexistência de preconceito racial ou de classe, menosprezando as abordagens que analisam o fenômeno da segregação sobre esse viés, mas sim mostrar que, para além das características que podem ser percebidas por nosso “olhar inquisidor”, existe o elemento da desconfiança, o medo do estranho, que nos acompanha desde a mais tenra idade.

[...] Esse resto de imagos, esse objeto-pulsão não-identificado, o estranho, variável segundo os indivíduos, não cai necessariamente sob um recalque definitivo: está sempre presente, em reserva de ser

figurado. (ZYGOURIS in: KOLTAL, 1998).

Em ensaio intitulado *A esperança como dever*, o antropólogo Luis Eduardo Soares (2005) comenta a “necessidade” de nos distanciarmos do “outro” e como estes funcionam como “espelhos difusos”, que nos assustam e nos deslocam do foco que desejamos perseguir.

[...] Nosso mundo imaginário é povoado de monstros. Eles não são mais que o outro estilizado em caricaturas que sublinham com máximo exagero a diferença. Quão mais monstruosas as figuras de nossos pesadelos, mais diferente de nós elas serão. Quando tamanha distância é enfatizada, nós nos tranquilizamos: nada naqueles seres se parece conosco. Se a imagem do outro for ambígua (isto é, se for mais humana e menos monstruosa, mais parecida com cada um de nós) corremos o risco de nos identificarmos com o personagem que concentra o mal. (P. 120).

A reflexão de Luis Eduardo Soares reforça a idéia proposta pelo tópico, que é a importância de atribuímos uma classificação a tudo aquilo que escapa a nossa compreensão racional. Desse modo, banimos o fantasma da ambigüidade que tanto nos assombra, reordenando nossa experiência ontológica.

5.2 Sobre “estrangeiros” e “estranhos”

Georg Simmel, que antecipou uma nova geografia social e cultural dos espaços e dos lugares, foi um dos primeiros teóricos a mostrar que a proximidade física e a contigüidade social são correlatas. Essa idéia apareceu de forma decisiva em seu ensaio clássico denominado *O Estrangeiro*. De acordo com Frédéric Vandenberghe (2005), é nesse texto que Simmel melhor explicita uma “análise passivelmente construtivista da determinação espacial da sociedade, examinando de maneira simétrica a construção espacial do social”. Simmel queria indicar por esse estudo, a influência que as formas espaciais (fronteiras, proximidades e distanciamentos) exerciam sobre as interações, ou vice-versa, como as interações se exprimem simbolicamente nas formas sociais. Apoiado numa sociologia espacial, Simmel procurou entender, a partir das categorias espaciais de fixação e

movimento, como os processos de distanciamento e proximidade influenciavam na análise psicossocial do estrangeiro. A interação produzida entre os membros do grupo e aqueles que vêm de fora para se integrar, no segundo momento, é diferente da interação amigo e inimigo que caracteriza o conflito, forma básica de “sociação”. Podemos traçar um paralelo entre o “estrangeiro” de Simmel e o “estranho” que apresentamos na pesquisa, porém, algumas considerações precisam ser feitas: apesar de ambos se enquadrarem em uma perspectiva ambígua (nem amigo/nem inimigo), o estrangeiro (principalmente branco e de classe média) possui um tratamento diferenciado em relação ao estranho que assombra o loteamento Alpha Village, tido como ser indesejável, sem esperança de integração ao grupo. O “forasteiro” simmeliano não é necessariamente alguém que está à margem, excluído, alguém com características reprováveis pois, ele simplesmente faz parte do grupo, sem fazer de verdade.

O “estranho” sempre recebeu tratamento de *persona non grata* nas diferentes épocas, seja nas sociedades primitivas ou nas comunidades modernas, ele sempre foi considerado como uma figura portadora de poderes ameaçadores. Uma divisão que sempre perdurou por toda história humana foi aquela que demarcou, em pólos distintos, o espaço dos “próximos” e o espaço dos “estranhos”. Segundo Bauman (1997), só há três maneiras de o estranho buscar proximidade física com o grupo: na condição de inimigo a ser combatido e expulso, como hóspede temporário que deveria permanecer confinado em espaços apropriados, ou como futuro próximo, que se deveria comportar como os demais. A distinção crucial entre os “próximos” e os “estranhos” não se refere a simpatia ou amizade, nutrida pelos primeiros, mas sim pelo grau de familiaridade desenvolvido, pelo volume satisfatório de conhecimento.

Com o intuito de manterem-se afastados do pesado fardo simbolizado pela presença dos estranhos, indivíduos elaboram novos arranjos interacionais, com o intuito de impedir o encontro (nem que seja de maneira frustrada) com os indesejáveis. A “comunidade fechada dos iguais²¹” (condomínios horizontais, bairros luxuosos), caracterizada pela segregação voluntária, aparece como uma das tentativas da obtenção de um controle rígido sobre possíveis “encontros

21 É importante destacar o fato de que quando nos referimos à expressão “comunidades fechadas dos iguais”, estamos aludindo aos *guetos voluntários* - espaços segregados habitados por moradores com acentuado poder aquisitivo - e não aos *guetos ortodoxos* - espaços constituídos com base numa segregação forçada – semelhante aos bairros negros norte americanos.

inesperados”. Como é meramente uma ilusão confortante a tentativa de se manterem afastados dos estranhos, buscam, então, ao menos, estratégias que dificultem ao máximo o contato rotineiro com esses indivíduos (ao menos dentro de certos limites).

5.3 Quando o “estranho” deixa de ser estranho

Um dos questionamentos que nos propomos responder, neste capítulo, é aquele formulado pela seguinte pergunta: como se constrói o “estranho” a partir da visão dos moradores que residem no loteamento Alpha Village? Foi por essa inquietação que nos lançamos na “ádua missão” de transpor as barreiras “físicas” e “simbólicas” existentes no bairro em análise. Sobre a produção do “estranho”, podemos dizer que funciona inicialmente mediante a imputação de categorias depreciativas a indivíduos desconhecidos, que precisam ser enquadrados em uma classificação específica, para que, assim, eles (os moradores) possam encontrar de maneira objetiva o responsável pela forte sensação de insegurança que os aflige. O “estranho”, dessa maneira, transforma-se em *criminoso virtual*²², ou seja, alguém que poderá “vir” a representar perigo à integridade física e psicológica dos moradores. Apresentá-lo simplesmente, todavia, na figura do pobre e do negro, como fazem inúmeros estudiosos, é cair no reducionismo de uma *communis opinio* acadêmica, que analisa o fenômeno da segregação de maneira superficial. Se examinássemos simplesmente o “estranho” do ponto de vista das representações, ele seria somente uma inquietação inicial, algo que só existe como insegurança, ansiedade, desconfiança, um mal-estar que nos perpassa ontologicamente. A partir do momento em que reordenássemos essa experiência, essa sensação angustiante se extinguiria, e o estranho se configuraria como uma personagem que assume diferentes formas, construída de maneira a poder ser apontada facilmente, como foi visto no exemplo dos jovens que cruzam as ruas do loteamento em bicicleta. Sabemos, porém, que a “estranheza” não é uma sensação que nos perpassa

22 O “virtual” aqui empregado diz respeito à noção de *virtus* (força), que prescreve um vir a ser, diferente da idéia apresentada pelo senso comum, que define virtual como algo inexistente, irreal. Esse vir a ser está no plano imaginário dos moradores, alimentado a todo instante em que acontece um novo assalto no bairro.

apenas quando estamos diante daqueles que trazem em seus corpos as marcas da incerteza, porquanto as marcas apenas exacerbam essa sensação.

É importante destacar o fato de que a maior parte das significações arbitrárias elaboradas pelos moradores refere-se a antigos preconceitos de classe, que tendem a ver o “outro - desviante ideal” como morador da favela, catador de lixo, figuras arquetípicas que sintetizam o mal. Essas pessoas habitariam os chamados “espaços do crime” (favelas, bairros de periferia), e, por esse motivo, estariam sempre propensas a violar a natureza humana, pois viveriam sob condições precárias. O temor aos pobres não é nenhuma novidade, pois há inúmeros estudos que apontam em diferentes momentos históricos as estratégias construídas com o intuito de disciplinar e controlar a “massa desgovernada”, que, arrastada por impulsos “animalescos”, colocaria em risco a vida em sociedade.

Em nota divulgada pelo informativo *Alpha Village*²³, moradores denunciam o aumento das “invasões” dos sem-teto no bairro:

Invasões

[...] Um barraco, por mais simples que seja, uma vez já tendo um teto, mesmo que de lona e com criança em baixo, é considerado moradia inviolável. Nosso loteamento possui sete áreas verdes que são bastante visadas por grupos de invasores. Todo cuidado é pouco pois invasões e barracos crescem e se multiplicam rapidamente. São evidentes as conseqüências para todos nós caso uma favela apareça da noite para o dia. Nosso patrimônio será bastante desvalorizado e teríamos que conviver com o lixo e a insegurança (Fonte: Info Village, Ano I, número 1, Junho de 2003 – grifamos).

A partir dessa pequena nota, é possível perceber a representação estereotipada dos pobres e de suas práticas. A idéia de invasão convoca todos os moradores a uma cruzada contra os inimigos que estão querendo se apoderar das sete áreas verdes localizadas no bairro, patrimônio ecológico que garante o aspecto “paradisíaco” do local. No segundo momento, suscitam o temor diante da possibilidade do surgimento de uma favela, pois, para os moradores, barracos (assim como um vírus) se multiplicam rapidamente, e, dessa forma, teriam que conviver com o lixo e a insegurança. Essa possibilidade colocaria em risco o sonho de uma vida segura e tranqüila, festejada entre os moradores. Mesmo com a utilização dessas categorias estereotipadas, devemos sempre levar em

23 Boletim informativo criado pela Associação dos Moradores do Loteamento Alpha Village (Bairro Luciano Cavalcante).

consideração o fato de que nossas percepções e nosso conhecimento sobre a realidade não se constroem somente de forma objetiva. Por isso, optamos pelo estudo das significações imaginárias, por ele nos dar a possibilidade de irmos além do visível, do concreto. Assim, percebemos, que o “estranho” elaborado pelos moradores do loteamento Alpha Village, se analisado do ponto de vista da subjetividade, não é diferente daqueles que assombram o restante da população brasileira e, por que não dizer, do mundo todo, uma vez que estamos nos referindo a uma dimensão encontrada em todos os seres humanos. A diferença está simplesmente nas significações partilhadas pelas diferentes sociedades, e nas particularidades próprias de cada população. Cada grupo possui os seus “estranhos”, sejam eles negros ou brancos, católicos ou protestantes, pobres ou ricos, todas essas características funcionam apenas como categorias que explicitam aquilo que se esconde dentro de cada um, o que corrobora a máxima sartreana de que o “inferno são os outros”.

Em razão das inúmeras dificuldades encontradas na pesquisa de campo, não foi possível termos maior abertura com nossos informantes, o que limitou um pouco nossas pretensões de aprofundar a dimensão do estranhamento presente em cada um deles. Sabemos que, para produzir uma análise dessa natureza, é preciso um trabalho de “escuta”, semelhante àquele desenvolvido nas clínicas, o que requer, além de um ouvido apurado, a colaboração do pesquisado. A impossibilidade de um contato mais intenso com os moradores e, conseqüentemente, a escassez de maior arsenal empírico, fez com que optássemos por um texto em tom mais ensaístico. Temos como premissa a idéia de que o “estranhamento” não é algo meramente representativo, mas sim alguma coisa para além dessa condição e que se liga intimamente com o “desconhecido” que nos habita e fomenta, por sua vez, o medo do estranho. Gostaríamos de ter podido apresentar de maneira “mais precisa” e por meio de “mais exemplos” a elaboração dessa “cultura de evitação” difundida pelos moradores, e que tem uma conotação extremamente complexa, se percebida como um construto social-afetivo, que compreende as diferentes biografias de cada um.

Esperamos que, apesar das dificuldades, tenhamos conseguido dar conta de nossa proposta inicial, que é justamente apresentar um estudo diferenciado, pelo menos do ponto de vista sociológico hegemônico, e que se preocupa exclusivamente em entender a dimensão da segregação no âmbito de uma visão maniqueísta e polarizada, inculcando determinados setores pela exacerbação da

segregação nas capitais do País. Acreditamos que somente com uma análise de caráter interdisciplinar, conseguimos apresentar uma abordagem mais coerente sob o prisma teórico-metodológico acerca do respectivo fenômeno. Procuramos desmistificar uma idéia de segregação com viés eminentemente classista, percebendo o fator econômico como um intensificador de algo que se encontra no plano das emoções, em nossa capacidade incessante de imaginar. Tentamos apresentar uma noção de “estranho”, que foge dos moldes da representação objetivada, e que, muitas vezes, se configura como um discurso “fascista”, uma vez que “os estranhos”, “os diferentes”, os anormais são sempre aqueles considerados excluídos da sociedade. Produzem-se, dessa maneira, categorias de pensamento engessadas, pois, como estas são elaboradas pelo discurso científico, questioná-las torna-se um atentado contra a legitimidade de determinados modelos de análise tidos como hegemônicos. Pensar o “estranho” como algo que habita todos nós é construir uma análise mais “humanista” (e, por que não dizer, cruel) sobre o fenômeno da segregação, pois a “evitação” e o “estranhamento” passam a ser percebidos como características do humano independentemente de cor, sexo, casta e religião. Pensar a segregação sem identificar os “verdadeiros culpados” pode ser atitude percebida como um discurso “conformista” e que tem por intenção impedir a elaboração de um discurso “verdadeiramente crítico”. Para nós, pensar a segregação sob essa óptica é desconstruir uma visão romântica do ser, apresentando-o como simplesmente ele é: *humano, demasiadamente humano* e, como tal, passível de vícios e virtudes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIERL, Luzia Fátima. *Medo Social: Da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BALANDIER, Georges. *A desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.
- BITTENCOURT, J.B.M. *Diário de campo*. Janeiro a Agosto de 2006
- BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *Razões Práticas*. Campinas - SP: Papirus, 1996.
- _____. "Gostos de Classe e estilos de vida". In: ORTIZ, Renato (Org). *Pierre Bourdieu – Coleção grandes cientistas sociais*. Ática, 1994.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. "O controle das emoções, o medo e a violência". In: Carvalho, Alonso Bezerra de. *Introdução à sociologia da cultura – Max Weber e Norbert Elias*. Avercamp, São Paulo, 2005.
- CALDEIRA, Teresa P. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.
- CARNEIRO, Vanderlei. "A linguagem simbólica do mal – uma reflexão de sentido". In: VASCONCELOS, José Gerardo (Org.). *Ditos (Mau) Ditos*. Fortaleza: LCR, 2001.
- CARVALHO, José Jorge de. "As tecnologias de segurança e a expansão metonímica da violência". in: SALES, Augusto dos Santos. *Violência policial:*

- Tolerância Zero*. Goiânia: Editora da UFG, Brasília, MNDH, 2001.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Encruzilhadas do labirinto 3: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. *Imaginário e imaginação na encruzilhada*. In: _____. *As encruzilhadas do labirinto VI: as figuras do pensável*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*, Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAVIS, Mike. "Fortaleza L.A". In: _____. *Cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo, Editora Página aberta, 1993.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. *O Anti-Édipo*, Rio de Janeiro, Imago, 1976
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo, São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DUBAR, Claude. "A socialização como incorporação dos habitus": in *A socialização – construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v.1.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ENRIQUEZ, Eugene. "Da solidão imposta a uma solidão solidária". In: Cronos, Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN, Vol. 5/6, nº 1/2, Ano 2003/2004. Natal: EDUFRN, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *A história da sexualidade 1- a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997 [1930]
 _____. "O Estranho" In: _____. *Obras Psicológicas Completas – Volume XVII*. Rio de Janeiro: Imago, 1976

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

HADDOCK-LOBO, Rafael. *Da existência ao infinito: Ensaio sobre Emmanuel Lévinas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006.

JULIEN, Philippe. *O estranho gozo do próximo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KOLTAI, Caterina. *O Estrangeiro*. São Paulo: Escuta / Fapesp, 1998.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. "Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica". *Cronos*, v.3, n.1, pp. 94 a 101.

KRISTEVA, Julia. *As novas doenças da alma*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

LIPOVETSKY, Gilles. *O luxo eterno: da idade do sagrado ao tempo das marcas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
 _____. *A Era do Vazio – ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa, Relógio D'água, 1983.

MARTINS, José de Sousa. *(Des)figurações: A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1996.
 _____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. "A mercadoria". In: _____. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 1, Vol. I, cap I.

MELMAN, Charles. "Introdução à nova economia psíquica". In: _____. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

MEZAN, Renato. *Freud: a conquista do proibido*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MILITO, Cláudia e SILVA, Hélio. *Vozes do meio fio*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PELLOSO, Rodrigo Gelamo e FERRAZ, Maria das Graças. "Ética e Moral como modos de produção de subjetividade" In: *Trans/Form/Ação, Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação/ UNESP, São Paulo, 2005*.

QUINTANEIRO, Tânia. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber* / Tânia Quintaneiro, Maria Lígia de Oliveira Barbosa, Márcia Gardênia de Oliveira. Belo

Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SENETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida mental". In: VELHO, Otávio (Org). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOARES, Luis Eduardo, BILL MV, ATHAIDE, Celso. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES NETO, José Fernando Pontes. *A Banalidade do Eu: a experiência da solidão no sujeito contemporâneo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999 *mimeo*.

TAKEUTI, Norma. "O difícil exercício da alteridade". In: Cronos, Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN, Vol 5/6, nº 1/2. Natal: EDUFRN, 2006.

_____. *No outro lado do espelho – A fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

VANDENBERGUE, Frédéric. *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru, SP: EDUSC; Belém: EDUPFA, 2005.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Outras Fontes:

EDTL. **E – Dicionário de termos literários**: edição e organização de Carlos Ceia. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/D/desterritorializacao.htm>>. Acesso em: 12 agosto 2006.

BEATLES, The. **Revolver**. EMI, 1988 [1966].

SEMAN-CE. Disponível em:<<http://www.seman.fortaleza.ce.gov.br/sol.htm>>. Acesso em: 12 novembro 2006.

7. Anexos

Figura 1. Localização do bairro Engenheiro Luciano Cavalcante (abrigo do loteamento Alpha Village) na cidade de Fortaleza.



Figura 2. Predominância de áreas de preservação ambiental nas proximidades do bairro Engenheiro Luciano Cavalcante.

FONTE: SEMAN-CE <<http://www.seman.fortaleza.ce.gov.br/sol.htm>>

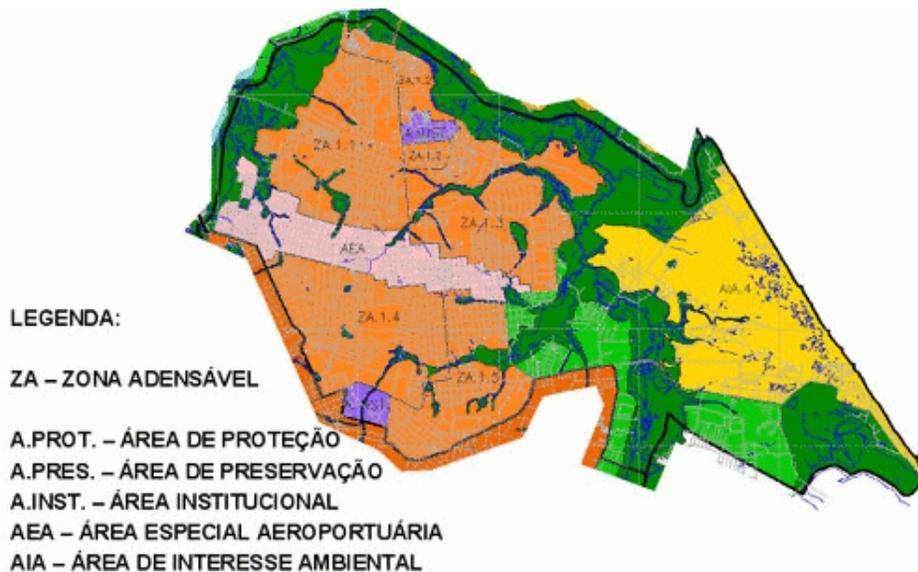


Figura 3. Renda domiciliar do bairro Luciano Cavalcante.

FONTE: SEMAN-CE <<http://www.seman.fortaleza.ce.gov.br/sol.htm>>

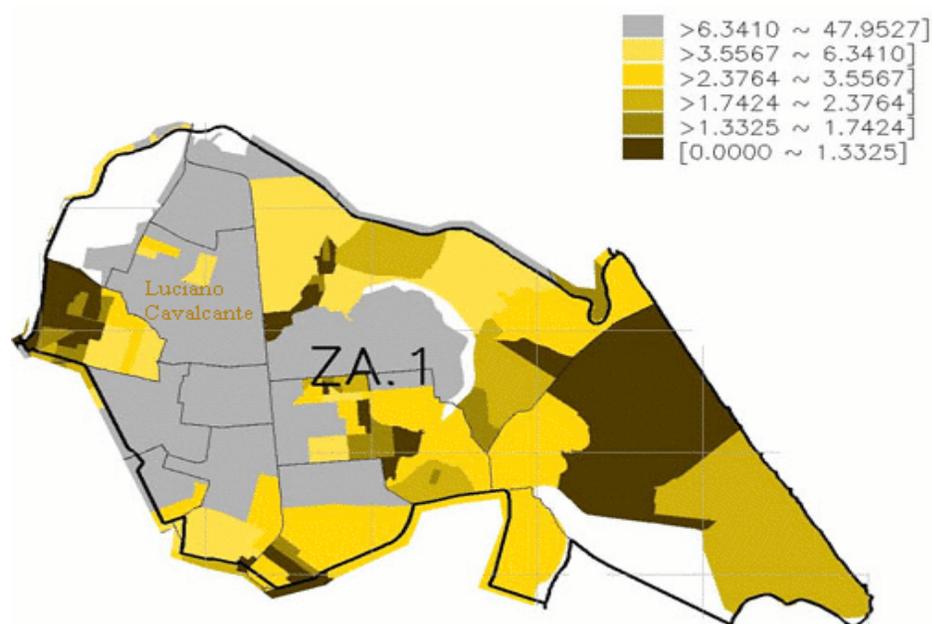


Figura 4. Limites do bairro Luciano Cavalcante.

FONTE: SEMAN-CE <<http://www.seman.fortaleza.ce.gov.br/sol.htm>>

